

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	8
Demonstração do Resultado Abrangente	9
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	10

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	12
DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	13
DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	14
Demonstração de Valor Adicionado	15
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	17
Notas Explicativas	27

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	134
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	136
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	137
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	138

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	48.067.937
Preferenciais	29.787.362
Total	77.855.299
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	25/04/2012	Dividendo	31/12/2012	Ordinária		3,54522
Assembléia Geral Ordinária	25/04/2012	Dividendo	31/12/2012	Preferencial	Preferencial Classe A	3,54522
Assembléia Geral Ordinária	25/04/2012	Dividendo	31/12/2012	Preferencial	Preferencial Classe B	3,54522

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1	Ativo Total	3.560.488	3.352.968	3.075.933
1.01	Ativo Circulante	905.230	928.557	683.276
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	152.715	91.490	52.771
1.01.02	Aplicações Financeiras	62.315	236.710	51.499
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	62.315	236.710	51.499
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	62.315	236.710	51.499
1.01.03	Contas a Receber	626.219	542.149	528.057
1.01.03.01	Clientes	464.286	418.451	384.059
1.01.03.01.01	Consumidores, Concessionários e Permissionárias	556.657	502.836	471.806
1.01.03.01.02	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-92.371	-84.385	-87.747
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	161.933	123.698	143.998
1.01.03.02.01	Consumidores Baixa Renda	50.191	26.551	40.008
1.01.03.02.02	Serviços em Curso	45.539	31.295	18.841
1.01.03.02.03	Cauções e Depósitos	21.634	26.998	17.568
1.01.03.02.04	Créditos Luz para Todos	0	0	13.837
1.01.03.02.05	Outros Créditos	34.960	28.354	42.270
1.01.03.02.06	Benefício fiscal - ágio incorporado	9.609	10.500	11.474
1.01.04	Estoques	2.326	3.761	4.597
1.01.06	Tributos a Recuperar	56.747	51.418	43.167
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	56.747	51.418	43.167
1.01.06.01.01	Tributos a Compensar	56.747	51.418	43.167
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.908	3.029	3.185
1.02	Ativo Não Circulante	2.655.258	2.424.411	2.392.657
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	922.715	525.902	447.377
1.02.01.03	Contas a Receber	22.345	23.255	27.915
1.02.01.03.01	Clientes	23.688	26.239	29.966
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	-1.343	-2.984	-2.051
1.02.01.06	Tributos Diferidos	116.521	74.800	73.585

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	116.521	74.800	73.585
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	1.424	1.424	1.423
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	782.425	426.423	344.454
1.02.01.09.03	Depósitos vinculados a Litigio	45.023	46.076	37.571
1.02.01.09.04	Cauções e depósitos	32.949	47.668	28.462
1.02.01.09.05	Benefício fiscal - ágio incorporado	73.449	83.059	93.558
1.02.01.09.06	Ativo indenizavel (concessao)	606.556	203.980	110.875
1.02.01.09.07	Ativos relacionados ao plano de beneficios definidos	0	0	11.889
1.02.01.09.08	Tributos a compensar	24.448	45.360	61.819
1.02.01.09.09	Outros Créditos	0	280	280
1.02.03	Imobilizado	37.415	36.155	35.686
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	37.415	36.155	35.686
1.02.04	Intangível	1.695.128	1.862.354	1.909.594
1.02.04.01	Intangíveis	1.695.128	1.862.354	1.909.594
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.695.128	1.862.354	1.909.594

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2	Passivo Total	3.560.488	3.352.968	3.075.933
2.01	Passivo Circulante	793.011	847.813	1.003.241
2.01.02	Fornecedores	211.319	179.891	246.720
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	211.319	179.891	246.720
2.01.03	Obrigações Fiscais	95.134	123.308	126.969
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	28.427	27.298	40.407
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	6.472	0	4.098
2.01.03.01.02	Pis/Cofins	14.736	16.196	15.214
2.01.03.01.03	Refis Federal	1.588	1.650	17.010
2.01.03.01.04	CSLL	1.260	1.914	236
2.01.03.01.05	Outras contribuições	4.371	7.538	3.849
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	64.423	92.979	82.304
2.01.03.02.01	ICMS	64.423	92.979	82.304
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.284	3.031	4.258
2.01.03.03.01	ISS	2.284	3.031	4.258
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	187.617	236.300	261.468
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	116.078	166.160	162.137
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	115.735	138.582	135.447
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	343	27.578	26.690
2.01.04.02	Debêntures	71.539	70.140	99.331
2.01.04.02.01	Debentures	61.332	57.514	88.903
2.01.04.02.02	Encargos de dividas	10.207	12.626	10.428
2.01.05	Outras Obrigações	276.734	269.025	333.580
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	74.469	70.992	104.793
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	74.469	70.992	104.793
2.01.05.02	Outros	202.265	198.033	228.787
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	97.503	93.111	92.842
2.01.05.02.04	Folha de Pagamento	11.760	4.690	14.829

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2.01.05.02.05	Taxas Regulamentares	26.304	30.713	34.954
2.01.05.02.06	Participações dos Empregados nos Lucros	9.420	9.352	8.190
2.01.05.02.07	Contribuição de Iluminação Pública Arrecadada	8.359	13.534	8.372
2.01.05.02.08	Programas de Pesq, Desenv e Eficiência Energ	25.564	28.854	48.906
2.01.05.02.09	Obrigações com Benefícios Pós-Emprego	12.098	11.418	10.752
2.01.05.02.10	Outras Obrigações	11.257	6.361	9.942
2.01.06	Provisões	22.207	39.289	34.504
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	0	17.060	12.232
2.01.06.01.05	Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trab	0	17.060	12.232
2.01.06.02	Outras Provisões	22.207	22.229	22.272
2.01.06.02.04	Obrigações Estimadas	9.755	9.777	9.820
2.01.06.02.05	Provisões Luz para Todos	12.452	12.452	12.452
2.02	Passivo Não Circulante	1.207.147	1.034.133	715.878
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	766.154	859.146	581.441
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	285.059	340.609	417.370
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	279.243	335.009	387.968
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	5.816	5.600	29.402
2.02.01.02	Debêntures	481.095	518.537	164.071
2.02.01.02.01	Debentures	481.095	518.537	164.071
2.02.02	Outras Obrigações	172.021	67.880	58.502
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	0	2.710
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	0	0	2.710
2.02.02.02	Outros	172.021	67.880	55.792
2.02.02.02.03	Fornecedores	5.177	4.771	4.114
2.02.02.02.04	Tributos a Pagar	17.208	22.004	6.182
2.02.02.02.05	Obrigações com Benefícios Pós-Emprego	70.898	23.946	26.885
2.02.02.02.06	Programas de Pesq, Desenv e de Eficiência Energ	27.911	11.483	5.566
2.02.02.02.07	Outras Obrigações	50.827	5.676	13.045

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2.02.03	Tributos Diferidos	184.850	53.863	26.908
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	184.850	53.863	26.908
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e contribuição Social Diferidos	184.850	53.863	26.908
2.02.04	Provisões	84.122	53.244	49.027
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	84.122	53.244	49.027
2.02.04.01.05	Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trab	84.122	53.244	49.027
2.03	Patrimônio Líquido	1.560.330	1.471.022	1.356.814
2.03.01	Capital Social Realizado	442.946	442.946	442.946
2.03.02	Reservas de Capital	358.671	358.671	358.671
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	221.188	221.188	221.188
2.03.02.07	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital	31.160	31.160	31.160
2.03.02.08	Incentivo fiscal - Adene	106.323	106.323	106.323
2.03.04	Reservas de Lucros	759.133	669.405	555.197
2.03.04.01	Reserva Legal	48.845	48.845	48.845
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	342.272	308.636	230.833
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	117.404	183.612	240.804
2.03.04.10	Reserva de reforço de capital de giro	250.612	128.312	34.715
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-420	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.893.720	2.627.212	2.849.706
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.204.623	-1.901.117	-2.081.156
3.03	Resultado Bruto	689.097	726.095	768.550
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-146.541	-104.752	-105.804
3.04.01	Despesas com Vendas	-28.592	-18.946	-13.025
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-103.917	-78.801	-73.682
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-14.032	-7.005	-19.097
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	542.556	621.343	662.746
3.06	Resultado Financeiro	58.070	-44.567	-83.361
3.06.01	Receitas Financeiras	274.322	89.898	76.180
3.06.02	Despesas Financeiras	-216.252	-134.465	-159.541
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	600.626	576.776	579.385
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-180.626	-105.594	-107.482
3.08.01	Corrente	-65.349	-72.316	-90.058
3.08.02	Diferido	-115.277	-33.278	-17.424
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	420.000	471.182	471.903
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	420.000	471.182	471.903
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	5,39	6,05202	6,06129
3.99.01.02	PNA	5,39	6,05202	6,06129
3.99.01.03	PNB	5,39	6,05202	6,06129
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	5,39	6,05202	6,06129
3.99.02.02	PNA	5,39	6,05202	6,06129
3.99.02.03	PNB	5,39	6,05202	6,06129

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	420.000	471.182	471.903
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-50.489	-24.060	-6.755
4.02.01	Perda em fundo de pensão	-75.862	-36.455	-10.236
4.02.02	Tributos diferidos	25.793	12.395	3.481
4.02.03	Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros	-420	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	369.511	447.122	465.148

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	600.117	585.878	727.973
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	632.961	758.892	741.841
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	420.000	471.182	471.903
6.01.01.02	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	21.717	11.844	5.186
6.01.01.03	Receita de ativo indenizável	-180.107	-8.610	0
6.01.01.04	Amortização e depreciação	114.567	133.520	144.297
6.01.01.05	Variações monetárias e juros líquidos	109.848	93.257	83.451
6.01.01.06	Baixas de intangível em serviço e de ativo financeiro	3.963	5.955	7.182
6.01.01.07	Tributos e contribuições social diferidos	115.277	33.278	19.797
6.01.01.08	Provisões (reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	25.160	15.531	18.315
6.01.01.09	Provisão (reversão) devolução baixa renda	0	0	-25.669
6.01.01.10	Provisão para perdas créditos fiscais	0	0	19.577
6.01.01.11	Benefício fiscal ágio incorporado	10.500	11.474	12.537
6.01.01.12	Provisão (reversão) luz para todos	0	0	-5.685
6.01.01.13	Resultado atuarial	-7.798	-11.819	-8.706
6.01.01.14	Provisão para perdas em estoques	-166	485	-344
6.01.01.15	Outros	0	2.795	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-32.844	-173.014	-13.868
6.01.02.01	Consumidores, concessionários e permissionários	-66.642	-41.587	-37.003
6.01.02.02	Consumidores de baixa renda	-23.640	13.457	-1.818
6.01.02.03	Serviços em curso	0	0	-9.369
6.01.02.04	Tributos a compensar	15.583	8.208	3.404
6.01.02.05	Estoques	1.601	351	-1.267
6.01.02.06	Despesas pagas antecipadamente	-1.879	-3.003	1
6.01.02.07	Créditos luz para todos	0	13.837	74.508
6.01.02.08	Cauções e depósitos	20.083	-28.636	-9.278
6.01.02.09	Depósitos vinculados a litígios	1.614	-5.922	-3.903
6.01.02.10	Outros ativos	-20.570	1.473	7.384

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01.02.11	Fornecedores	31.834	-67.223	-13.589
6.01.02.12	Folha de pagamento	7.116	-8.977	6.751
6.01.02.13	Tributos a pagar	-32.970	12.161	16.257
6.01.02.14	Taxas regulamentares	-4.409	-4.241	16.377
6.01.02.15	Partes relacionadas	3.477	-29.693	-54.643
6.01.02.16	Obrigações com benefícios pós-emprego	-10.035	-7.892	-17.463
6.01.02.17	Programas de pesquisa, desenvolvimento e de eficiência energética	12.463	-13.010	15.491
6.01.02.18	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-11.342	-6.486	-4.910
6.01.02.19	Outros passivos	44.872	-5.831	-798
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-640	-362.411	-365.969
6.02.01	Aplicações no intangível e imobilizado	-175.035	-177.200	-320.743
6.02.03	Aplicações financeiras	174.395	-185.211	-45.226
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-538.252	-184.748	-352.034
6.03.01	Emissão de debêntures	0	400.000	0
6.03.02	Captação de empréstimos e financiamentos	57.594	83.571	65.828
6.03.03	Pagamento de empréstimos e financiamentos	-156.999	-155.184	-122.998
6.03.04	Pagamentos de juros de empréstimos	-43.838	-52.475	-47.456
6.03.05	Pagamentos de debêntures	-60.449	-90.500	0
6.03.06	Pagamentos de juros de debêntures	-45.340	-23.675	-20.812
6.03.07	Pagamento contrato de dívida faelce	-13.409	-13.841	-13.750
6.03.08	Pagamento de dividendos	-275.811	-332.644	-212.846
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	61.225	38.719	9.970
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	91.490	52.771	42.801
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	152.715	91.490	52.771

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	442.946	358.671	669.405	0	0	1.471.022
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	442.946	358.671	669.405	0	0	1.471.022
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-183.612	0	0	-183.612
5.04.06	Dividendos	0	0	-183.612	0	0	-183.612
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	369.931	-420	369.511
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	420.000	0	420.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-50.069	-420	-50.489
5.05.02.06	Perda atuarial	0	0	0	0	-75.862	-75.862
5.05.02.07	Tributos diferidos	0	0	0	0	25.793	25.793
5.05.02.08	Transferência p/ Lucros Acumulados	0	0	0	-50.069	50.069	0
5.05.02.09	Ajuste de Avaliação Patrimonial - SWAP	0	0	0	0	-637	-637
5.05.02.10	Tributos diferidos	0	0	0	0	217	217
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	273.340	-369.931	0	-96.591
5.06.06	Incentivo Fiscal-ADENE	0	0	33.636	-33.636	0	0
5.06.07	Dividendo mínimo obrigatório	0	0	0	-96.591	0	-96.591
5.06.08	Dividendos adicionais	0	0	117.404	-117.404	0	0
5.06.09	Reserva de reforço de capital de giro	0	0	122.300	-122.300	0	0
5.07	Saldos Finais	442.946	358.671	759.133	0	-420	1.560.330

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	442.946	358.671	555.197	0	0	1.356.814
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	442.946	358.671	555.197	0	0	1.356.814
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-240.804	293	0	-240.511
5.04.06	Dividendos	0	0	-240.804	0	0	-240.804
5.04.08	Dividendos Expirados	0	0	0	293	0	293
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	447.122	0	447.122
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	471.182	0	471.182
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-24.060	0	-24.060
5.05.02.06	Perda Atuarial	0	0	0	0	-36.455	-36.455
5.05.02.07	Tributos Diferidos	0	0	0	0	12.395	12.395
5.05.02.08	Transferencia p/Lucros Acumulados	0	0	0	-24.060	24.060	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	355.012	-447.415	0	-92.403
5.06.06	Incentivo Fiscal-ADENE	0	0	77.803	-77.803	0	0
5.06.07	Dividendo minimo obrigatório	0	0	0	-92.403	0	-92.403
5.06.08	Dividendos adicionais	0	0	183.612	-183.612	0	0
5.06.09	Reserva de reforço de capital de giro	0	0	93.597	-93.597	0	0
5.07	Saldos Finais	442.946	358.671	669.405	0	0	1.471.022

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	442.946	358.677	384.801	-55.191	0	1.131.233
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	442.946	358.677	384.801	-55.191	0	1.131.233
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-147.727	0	0	-147.727
5.04.06	Dividendos	0	0	-147.727	0	0	-147.727
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	465.148	0	465.148
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	471.903	0	471.903
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-6.755	0	-6.755
5.05.02.06	Perda atuarial	0	0	0	0	-10.236	-10.236
5.05.02.07	Tributos diferidos s/Perda Atuarial	0	0	0	0	3.481	3.481
5.05.02.08	Transf p/Lucros Acumulados	0	0	0	-6.755	6.755	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-6	318.123	-409.957	0	-91.840
5.06.04	Absorção de prejuízos	0	0	-48.091	48.091	0	0
5.06.05	Incorporação de rec destinados aumento de capital	0	-6	0	6	0	0
5.06.06	Incentivo fiscal-ADENE	0	0	90.695	-90.695	0	0
5.06.07	Dividendo mínimo obrigatório	0	0	0	-91.840	0	-91.840
5.06.08	Dividendos adicionais	0	0	240.804	-240.804	0	0
5.06.09	Reserva de reforço de capital de giro	0	0	34.715	-34.715	0	0
5.07	Saldos Finais	442.946	358.671	555.197	0	0	1.356.814

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.01	Receitas	4.034.603	3.717.428	3.901.578
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.856.641	3.522.767	3.474.532
7.01.02	Outras Receitas	30.590	36.001	4.134
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	169.089	170.504	428.098
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-21.717	-11.844	-5.186
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.021.241	-1.723.723	-1.851.302
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.809.717	-1.519.423	-1.384.714
7.02.04	Outros	-211.524	-204.300	-466.588
7.02.04.01	Custo de construção	-169.089	-170.504	-428.098
7.02.04.02	Outras despesas operacionais	-42.435	-33.796	-38.490
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.013.362	1.993.705	2.050.276
7.04	Retenções	-114.567	-133.520	-144.297
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-114.567	-133.520	-144.297
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.898.795	1.860.185	1.905.979
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	274.322	89.898	76.180
7.06.02	Receitas Financeiras	274.322	89.898	76.180
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.173.117	1.950.083	1.982.159
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.173.117	1.950.083	1.982.159
7.08.01	Pessoal	156.014	135.149	125.878
7.08.01.01	Remuneração Direta	102.834	82.681	82.309
7.08.01.02	Benefícios	23.836	22.158	19.338
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.675	6.472	6.569
7.08.01.04	Outros	23.669	23.838	17.662
7.08.01.04.01	Outros Encargos Sociais	6.851	6.876	173
7.08.01.04.02	Previdência Complementar	6.259	6.068	8.958
7.08.01.04.03	Participação nos Resultados	10.559	10.894	8.531
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.369.824	1.201.913	1.214.206
7.08.02.01	Federais	582.403	480.939	521.567

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.08.02.02	Estaduais	785.931	719.803	688.887
7.08.02.03	Municipais	1.490	1.171	3.752
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	227.279	141.839	170.172
7.08.03.01	Juros	105.805	96.851	142.504
7.08.03.02	Aluguéis	11.027	7.374	10.631
7.08.03.03	Outras	110.447	37.614	17.037
7.08.03.03.01	Outras despesas financeiras	110.447	37.614	17.037
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	213.995	276.015	332.644
7.08.04.02	Dividendos	213.995	276.015	332.644
7.08.05	Outros	206.005	195.167	139.259
7.08.05.01	Reserva de incentivo fiscal - ADENE	33.636	77.803	90.695
7.08.05.02	Reserva de reforço de capital de giro	122.300	93.597	34.709
7.08.05.03	Retenção de lucros	50.069	23.767	13.855



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Energética do Ceará - Coelce submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração dados consolidados em relação ao mesmo período de 2011, exceto quando especificado em contrário.

A Companhia Energética do Ceará - Coelce é uma companhia do Grupo Enel.

A Enel é uma das maiores empresas de energia do Mundo.

O Grupo produz, distribui e vende energia sustentável, respeitando as pessoas e o meio ambiente. A Enel fornece energia para mais de 60 milhões de clientes residenciais e corporativos em 40 Países, e cria valor para 1,3 milhão de investidores.

AMBIENTE REGULATÓRIO

3º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica

O Contrato de Concessão nº 01/98, que regula a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica na área de concessão da Coelce, define a data de 22/04/2011 para a realização da terceira revisão tarifária periódica (3CRTP).

Devido à extensão das discussões relativas às metodologias para o 3CRTP, não houve tempo hábil para se proceder com a revisão tarifária da Coelce na data definida no Contrato de Concessão. De acordo com a disciplina definida pela Resolução 433/2011, que veio a ser substituída pela Resolução 471/2011, as tarifas vigentes em 22/04/2011 foram prorrogadas, não tendo o consumidor percebido qualquer movimentação tarifária naquela oportunidade.

Embora processada em atraso, a revisão tarifária da Coelce tem vigência desde a data prevista no Contrato de Concessão, de 22/04/2011. Com o objetivo de tornar neutro para distribuidora e consumidores a postergação da revisão tarifária, foi apurado um componente financeiro a partir da diferença entre as tarifas prorrogadas (que foram aplicadas) e aquelas definidas na revisão tarifária (que deveriam ter sido aplicadas), aplicadas sobre o mercado de referência dos próximos reajustes tarifários (2013 e 2014).

Em 18 de janeiro de 2012 foi concedida Liminar Judicial à ABRADEE cuja decisão obriga a ANEEL a deixar de considerar, em prol da modicidade tarifária, a redução da WACC a ser aplicada sobre a base de remuneração, em decorrência do benefício fiscal auferido pelas distribuidoras que atuam nas regiões Norte e Nordeste que quando gozam do direito que lhes foi outorgado recolhem somente 15,25% a título de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), enquanto as distribuidoras que atuam nas demais regiões do País pagam 34%.

Com a concessão desta Liminar, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores da Coelce em razão da revisão tarifária era de -10,89%.

No entanto, no dia 10 de abril de 2012, o Ministro do Superior Tribunal de Justiça – STJ, Ari Pargendler suspendeu a referida Decisão Liminar. A partir dessa decisão, a ANEEL volta a definir o WACC conforme metodologia aprovada pela Diretoria, o que significa dizer que os consumidores da Coelce teriam uma redução tarifária maior. Consequentemente, no dia 17 de abril de 2012, a ANEEL aprovou de maneira definitiva o resultado da 3RTCP da Coelce. Aplicando-se a metodologia aprovada pela ANEEL, o efeito médio para o consumidor que era de -10,89% passa a ser de -12,20%, aplicado a partir de 22 de abril de 2012.

No dia 1 de junho de 2012, a liminar judicial voltou a vigorar por decisão do presidente do STF e, em 26 de junho de 2012, a ANEEL aprovou o novo valor do 3º ciclo de revisão tarifária periódica da Coelce, passando de -12,20% para -10,89%, com aplicação imediata.

Reajuste Tarifário Anual de 2012

O objetivo do Reajuste Tarifário Anual é manter o poder de compra da receita da concessionária, segundo fórmula prevista no contrato de concessão. Acontece anualmente, exceto no ano da revisão tarifária periódica. Para aplicação dessa fórmula, são calculados todos os custos da Parcela A. Os outros custos, constantes da Parcela B, são corrigidos pelo IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas. A correção da Parcela B ainda depende do Fator X, índice fixado pela ANEEL por ocasião da revisão tarifária periódica. Sua função é compartilhar com o consumidor os ganhos de eficiência e competitividade da concessionária, decorrentes do crescimento do número de unidades consumidoras e do aumento do consumo do mercado existente, o que contribui para a modicidade tarifária.

Assim, no dia 17 de abril de 2012 a ANEEL aprovou o índice de reajuste tarifário anual médio de 5,21%, a ser aplicado às tarifas da Companhia. O valor combinado oriundo da aplicação destes dois mecanismos tarifários (revisão e reajuste) foi um efeito médio de -7,61% nas tarifas da Coelce, a partir do dia 22 de abril de 2012.

Este resultado refletia a queda da liminar judicial que impedia a ANEEL de capturar o benefício fiscal da SUDENE via WACC regulatória. No entanto, após a decisão do presidente do STF e da aprovação pela ANEEL do valor da revisão tarifária, em 26 de junho de 2012, o efeito médio do novo valor da revisão e do reajuste tarifário passa de -7,61% para o valor definitivo -6,76%, até que a causa judicial tenha o seu mérito julgado.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

uma empresa endesa brasil

PRINCIPAIS INDICADORES

DESTAQUES DO PERÍODO

	2012	2011	Var. %
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)	9.818	8.927	10,0%
Receita Bruta (R\$ mil)	4.027.128	3.693.817	9,0%
Receita Líquida (R\$ mil)	2.893.720	2.627.212	10,1%
EBITDA (1) (R\$ mil)	657.123	754.863	-12,9%
Margem EBITDA (%)	22,71%	28,73%	-6,02 p.p
EBIT (2) (R\$ mil)	542.556	621.343	-12,7%
Margem EBIT (%)	18,75%	23,65%	-4,90 p.p
Lucro Líquido (R\$ mil)	420.000	471.182	-10,9%
Margem Líquida (%)	14,51%	17,93%	-3,42 p.p
CAPEX (R\$ mil)	247.195	298.262	-17,1%
DEC (12 meses)	8,06	9,31	-13,4%
FEC (12 meses)	4,62	6,04	-23,5%
Índice de Arrecadação (12 meses)	99,48%	99,43%	0,05 p.p
Perdas de Energia (12 meses)	12,59%	11,92%	0,67 p.p
Nº de Consumidores Totais	3.338.163	3.224.378	3,5%
Nº de Colaboradores (Próprios)	1.244	1.309	-5,0%
MWh/Colaborador	7.627	6.942	9,9%
MWh/Consumidor	2,98	2,81	6,0%
PMSO (3)/Consumidor	130,60	113,14	15,4%
Consumidor/Colaborador	2.683	2.463	8,9%

(1) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações, (2) EBIT: Resultado do Serviço e (3) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros.

DESEMPENHO OPERACIONAL

NÚMERO DE CONSUMIDORES (UNIDADES)

	2012	2011	Var. %
Mercado Cativo	3.068.295	2.967.952	3,4%
Residencial – Convencional	1.214.709	1.237.172	-1,8%
Residencial - Baixa Renda	1.211.463	1.122.859	7,9%
Industrial	5.878	5.865	0,2%
Comercial	168.617	164.476	2,5%
Rural	424.885	396.100	7,3%
Setor Público	42.743	41.480	3,0%
Clientes Livres	43	36	19,4%
Industrial	35	28	25,0%
Comercial	8	8	-
Revenda	2	2	-
Subtotal - Consumidores Efetivos	3.068.340	2.967.990	3,4%
Consumo Próprio	236	221	6,8%
Consumidores Ativos sem Fornecimento	269.587	256.167	5,2%
Total - Número de Consumidores	3.338.163	3.224.378	3,5%

A Coelce encerrou o ano de 2012 com 3.338.163 unidades consumidoras ("consumidores"), 3,5% superior ao número de consumidores registrado ao final de 2011. Esse crescimento representa um acréscimo de 113.785 novos consumidores à base comercial da Companhia. O acréscimo observado entre os períodos analisados está concentrado na classe residencial (convencional e baixa renda, conjuntamente) e rural, com mais 94.926 novos consumidores.

Essa evolução representa, em essência, o crescimento vegetativo do mercado cativo da Coelce, reflexo dos investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia, em especial pelos investimentos realizados no Programa Luz para Todos (PLPT). Juntos, esses investimentos totalizaram o montante de R\$ 108 milhões em 2012.

Em termos de consumidores efetivos, a Companhia encerrou o ano de 2012 com 3.068.340 consumidores, um incremento de 3,4% em relação ao ano de 2011. Os consumidores efetivos representam o total dos consumidores excluindo-se as unidades de consumo próprio e os consumidores ativos sem fornecimento.

A Companhia fechou 2012 com 43 clientes livres, um acréscimo de 7 novos clientes, que representa um incremento de 19,4% em relação ao número registrado no fechamento de 2011.

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWH)

	2012	2011	Var. %
Mercado Cativo	8.665	7.938	9,2%
Clientes Livres	1.153	989	16,6%
Total - Venda e Transporte de Energia	9.818	8.927	10,0%

O volume total de venda e transporte de energia na área de concessão da Coelce no ano de 2012 foi de 9.818 GWh, o que representa um incremento de 10,0% (+891 GWh) em relação ao ano de 2011, cujo volume foi de 8.927 GWh. Esta variação é o efeito combinado de (i) um incremento observado

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

uma empresa **coelce** **endesabril**

no mercado cativo da Companhia de 9,2% (+727 GWh) em 2012 com relação a 2011 (8.665 GWh versus 7.938 GWh), impulsionado ainda por (ii) um maior volume de energia transportado para os clientes livres, cujo montante em 2012, de 1.153 GWh, foi 16,6% superior ao registrado em 2011 (+164 GWh). Essa energia (transportada) gera uma receita para a Coelce através da TUSD – Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição.

VENDA DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWH)

	2012	2011	Var. %
Residencial – Convencional	2.020	1.553	30,1%
Residencial - Baixa Renda	1.290	1.489	-13,4%
Industrial	1.186	1.276	-7,1%
Comercial	1.826	1.671	9,3%
Rural	1.093	810	34,9%
Setor Público	1.250	1.139	9,7%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	8.665	7.938	9,2%

O mercado cativo da Companhia apresentou um incremento de 9,2% no ano de 2012 quando comparado ao ano de 2011. As classes residencial baixa renda e industrial apresentaram retração no consumo, em decorrência, respectivamente, (i) da aplicação dos novos critérios para enquadramento dos clientes residenciais baixa renda e (ii) pela migração de clientes do mercado cativo para o mercado livre. A classe rural apresentou aumento no consumo de 34,9% devido, principalmente, à maior necessidade do acionamento de equipamentos e sistemas de irrigação na região rural da Companhia (pela redução do volume de chuvas em 2012 contra 2011).

Observa-se também um elevado incremento na classe residencial convencional. Essa variação é o reflexo das alterações nos critérios de elegibilidade para enquadramento dos consumidores na Tarifa Social de Energia Elétrica. Os novos critérios causaram uma migração de aproximadamente 365 mil antigos clientes classificados como residencial baixa renda para a classe residencial convencional (na média anual), causando a variação acima mencionada. As classes residencial convencional e residencial baixa renda apresentaram, quando analisadas em conjunto, uma evolução na venda de energia de 8,8%.

INDICADORES OPERACIONAIS E DE PRODUTIVIDADE

	2012	2011	Var. %
DEC 12 meses (horas)	8,06	9,31	-13,4%
FEC 12 meses (vezes)	4,62	6,04	-23,5%
Perdas de Energia 12 meses (%)	12,59%	11,92%	0,67 p.p
Índice de Arrecadação 12 meses (%)	99,48%	99,43%	0,05 p.p
MWh/Colaborador	7.627	6.942	9,9%
MWh/Consumidor	2,98	2,81	6,0%
PMSO (1)/Consumidor	130,68	113,14	15,5%

(1) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

Os indicadores DEC e FEC medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Coelce. Eles refletem:

- DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora): a duração média em que os consumidores da Companhia tiveram o seu fornecimento de energia interrompido. Medido em horas por período (no caso, horas nos últimos 12 meses).
- FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora): a frequência média em que os consumidores da Companhia tiveram o seu fornecimento de energia interrompido. Medido em vezes por período (no caso, vezes nos últimos 12 meses).

A Coelce encerrou o ano de 2012 com DEC de 8,06 horas, índice 13,4% melhor do que o registrado no ano de 2011, de 9,31 horas. O FEC alcançou o patamar de 4,62 vezes, o que representa uma melhoria de 23,5% em relação ao ano de 2011, que fechou em 6,04 vezes. A Coelce investiu R\$ 31 milhões em qualidade do sistema no ano de 2012.

Em abril de 2012, a ANEEL divulgou os resultados do primeiro ranking de Continuidade do Serviço, envolvendo as 63 distribuidoras de energia elétrica do Brasil. Este ranking avalia os desempenhos ponderados dos indicadores de qualidade DEC e FEC em relação à meta/limite estabelecido pela ANEEL. A Coelce obteve o 1º lugar neste ranking.

As perdas de energia TAM – Taxa Anual Móvel (medição acumulada em 12 meses) alcançaram o valor de 12,59% em 2012, um incremento de 0,67 p.p. em relação às perdas registradas em 2011, de 11,92%. Este incremento é explicado, basicamente, pela elevação no consumo de 10,0% em 2012 com relação ao ano de 2011. Em 2012, foi investido no combate às perdas o montante de R\$ 19 milhões.

Em relação ao índice de arrecadação TAM (valores arrecadados sobre valores faturados, em 12 meses), o mesmo encerrou 2012 em 99,48%, percentual praticamente estável (+0,05 p.p.) em relação ao encerramento de 2011, de 99,43%.

Os indicadores MWh/colaborador e MWh/consumidor refletem a produtividade da Companhia, em termos de geração de valor pela força de trabalho (colaboradores) e em termos de geração de valor pela base comercial (consumidores).

A Coelce encerrou 2012 com o indicador de MWh/colaborador de 7.627, índice 9,9% superior que ao de 2011, de 6.942. O indicador de MWh/consumidor alcançou o patamar de 2,98, um incremento de 6,0% em relação ao ano de 2011, de 2,81.

O indicador PMSO/consumidor, que busca avaliar a eficiência de custos pela base comercial da Companhia, alcançou o valor de R\$130,68/consumidor em 2012, o que representa um incremento de 15,5% em relação ao ano anterior, que fechou em R\$113,14/consumidor.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

uma empresa **coelce** **endesa** **brasil**

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO (R\$ MIL) E MARGENS (%)

	2012	2011	Var. %
Receita Operacional Bruta	4.027.128	3.693.817	9,0%
Deduções à Receita Operacional	(1.133.408)	(1.066.605)	6,3%
Receita Operacional Líquida	2.893.720	2.627.212	10,1%
Custos do Serviço e Despesas Operacionais	(2.351.164)	(2.005.869)	17,2%
EBITDA	657.123	754.863	-12,9%
Margem EBITDA	22,71%	28,73%	-6,02 p.p
EBIT(3)	542.556	621.343	-12,7%
Margem EBIT	18,75%	23,65%	-4,90 p.p
Resultado Financeiro	58.070	(44.567)	-230,3%
Imposto de Renda, Contribuição Social e Outros	(180.626)	(105.594)	71,1%
Lucro Líquido	420.000	471.182	-10,9%
Margem Líquida	14,51%	17,93%	-3,42 p.p
Lucro por Ação (R\$/ação)	5,39	6,05	-10,9%

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta da Coelce alcançou, em 2012, R\$ 4.027 milhões, um incremento de 9,0% em relação ao ano de 2011, de R\$ 3.694 milhões (+R\$ 333 milhões). Esse incremento é o efeito líquido, principalmente, dos seguintes fatores, destacados abaixo:

	2012	2011	Var. %
Fornecimento de Energia Elétrica	3.347.818	3.149.033	6,3%
Subsídio Baixa Renda	257.554	188.281	36,8%
Suprimento de Energia Elétrica	79.926	13.125	-
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica	118.555	131.681	-10,0%
Receita Operacional IFRIC-12*	169.089	170.504	-0,8%
Outras Receitas	54.186	41.193	31,5%
Total - Receita Operacional Bruta	4.027.128	3.693.817	9,0%

Variações relevantes

Fornecimento de Energia Elétrica (aumento de R\$ 199 milhões): Este incremento está associado ao aumento do volume de energia vendida para o mercado cativo da Companhia de, 9,2%, o qual foi parcialmente compensado pela aplicação do efeito combinado da revisão e do reajuste tarifário negativo de 7,61% aplicado entre 22 de abril e 26 de junho de 2012 e de -6,76%, aplicado a partir de 26 de junho de 2012.

Subsídio Baixa Renda (aumento de R\$ 69 milhões): O incremento é o reflexo, basicamente, da contabilização de R\$ 39 milhões em abril de 2012, tendo em vista a modificação da forma de custeio da tarifa Social de Energia Elétrica, instituída pela Resolução ANEEL 472/12, a qual determinou que o subsídio passasse a ser custeado integralmente por meio da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.

Suprimento de Energia Elétrica (aumento de R\$ 67 milhões): O incremento observado está associado, principalmente, a uma expressiva elevação no preço médio da energia no mercado de curto prazo (spot) de R\$ 29,36 em 2011 para R\$ 161,13 em 2012, sendo que, no período de agosto a dezembro de 2012, onde a Coelce realizou o maior montante de venda no curto prazo, o preço médio foi de R\$ 245,20.

Excluindo-se o efeito da receita operacional - IFRIC 12*, a receita operacional bruta da Companhia, em 2012, alcançou o montante de R\$ 3.858 milhões, o que representa um incremento de 9,5% em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 3.523 milhões (+R\$ 335 milhões).

*A ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero (*contabilizando-se o mesmo valor na receita e na despesa*), considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

Deduções à Receita Operacional

As deduções da receita apresentaram incremento de 6,3% em relação ao ano anterior, alcançando -R\$ 1.133 milhões em 2012, contra -R\$ 1.067 milhões no ano de 2011 (-R\$ 66 milhões). Esse incremento é o efeito das seguintes variações:

	2012	2011	Var. %
ICMS	(785.912)	(719.779)	9,2%
COFINS	(144.328)	(140.547)	2,7%
PIS	(31.261)	(29.689)	5,3%
Quota Reserva Global de Reversão – RGR	(43.056)	(33.480)	28,6%
Conta de Consumo de Combust. Fósseis – CCC	(76.723)	(105.734)	-27,4%
Programa de Eficiência Energética e P&D	(22.628)	(9.627)	135,0%
Encargo de Capacidade/Aquisição Emergencial/Outros	(29.500)	(27.749)	6,3%
Total - Deduções da Receita	(1.133.408)	(1.066.605)	6,3%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Variações relevantes

ICMS (aumento de R\$ 66 milhões): Esta variação reflete o crescimento da base de cálculo para apuração deste tributo. O percentual sobre a base de cálculo continua em linha com o ano de 2011.

Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC (redução de R\$ 29 milhões): A quota média mensal do encargo CCC vigente em 2011 era de R\$ 9,0 milhões. Em 2012, através da Resolução ANEEL 1.291 de 15 de maio de 2012, este encargo foi reduzido para uma média de R\$ 6,1 milhões mensais..

Programa de Eficiência Energética e P&D (aumento de R\$ 13 milhões): A variação observada é decorrente do ajuste positivo efetuado em dezembro de 2011 no valor de R\$ 13 milhões, tendo em vista a exclusão do subsídio baixa renda da base de cálculo de apuração dos valores a serem creditados ao programa de eficiência energética.

Custos do Serviço e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais em 2012 alcançaram -R\$ 2.351 milhões, um incremento de 17,2% em relação ao ano de 2011, de -R\$ 2.006 milhões (-R\$ 345 milhões). Este incremento é o efeito das seguintes variações:

	2012	2011	Var. %
Custos e despesas não gerenciáveis			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.449.691)	(1.197.409)	21,1%
Taxa de Fiscalização da ANEEL	(4.561)	(4.594)	-0,7%
Encargo do Uso da Rede Elétrica/Encargo do Sistema	(159.613)	(119.672)	33,4%
Total - Não gerenciáveis	(1.613.865)	(1.321.675)	22,1%
Custos e despesas gerenciáveis			
Pessoal	(143.927)	(114.754)	25,4%
Material e Serviços de Terceiros	(230.507)	(209.525)	10,0%
Depreciação e Amortização	(114.567)	(133.520)	-14,2%
Custo de Desativação de Bens	(17.687)	(15.362)	15,1%
Prov. para Créditos de Liquidação Duvidosa	(21.717)	(11.844)	83,4%
Provisões para Contingências	(10.610)	(6.509)	63,0%
Despesa IFRIC-12 (Custo de Construção)	(169.089)	(170.504)	-0,8%
Outras Despesas Operacionais	(29.195)	(22.176)	31,7%
Total – Gerenciáveis	(737.299)	(684.194)	7,8%
Total - Custos do Serviço e Despesa Operacional	(2.351.164)	(2.005.869)	17,2%

Variações relevantes

Energia Elétrica comprada para Revenda (aumento de R\$ 253 milhões): Este acréscimo deve-se (i) ao incremento de 5,6% no volume de energia comprada (+555 GWh), (ii) ao reajuste de preço dos contratos de compra de energia vigentes ocorridos entre os períodos, (iii) a uma maior tarifa média (mix) de compra de energia, devido à entrada de novos contratos, especialmente de térmicas, que possuem uma tarifa mais elevada e (iv) aumento do custo variável pago às térmicas despachadas para garantir o nível mínimo dos reservatórios.

Encargo do Uso da Rede Elétrica/Encargo do Sistema – ESS (aumento de R\$ 40 milhões): Este aumento decorre do reajuste contratual aplicado nos contratos de transmissão autorizado pela Resolução Homologatória nº 1.173, que reajustou as Receitas Anuais Permitidas das Transmissoras (RAP's) em média 4,5%, associado, ainda, ao incremento do volume de energia transportada sobre quais incidem os encargos e, também, ao maior despacho pelo ONS de usinas térmicas no período, tendo em vista a redução do nível dos reservatórios nacionais.

Pessoal (aumento de R\$ 29 milhões): o acréscimo verificado decorre basicamente da aplicação do reajuste salarial anual em média 7%, das despesas do Plano de Aposentadoria Espontânea realizado em 2012 em R\$ 8 milhões e do aumento de abono em função do dissídio/acordo coletivo em R\$ 2 milhões.

Excluindo-se o efeito do custo operacional - IFRIC 12, os custos e despesas gerenciáveis da Companhia, em 2012, alcançaram o montante de -R\$ 568 milhões, o que representa um incremento de 10,6% em relação ao ano anterior, cujo montante foi de -R\$ 514 milhões (-R\$ 54 milhões).

EBITDA e Margem EBITDA

Com base nas variações acima expostas, o EBITDA da Coelce no ano de 2012, atingiu o montante de R\$ 657 milhões, o que representa uma redução de 12,9% em relação ao ano de 2011, cujo montante foi de R\$ 755 milhões (-R\$ 98 milhões). A margem EBITDA da Companhia em 2012 foi de 22,71%, o que representa uma redução de 6,02 p.p. em relação a 2011, de 28,73%.

De acordo com a instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, a divulgação do cálculo do EBITDA e do EBIT deve ser acompanhada da conciliação dos valores que os compõem, constantes das demonstrações contábeis da companhia. De acordo com o artigo 10 da referida instrução, a mesma produz efeito somente nas divulgações a partir de 1º de janeiro de 2013. Assim, abaixo demonstramos a conciliação dos cálculos acima citados:

	2012	2011	Var. %
Lucro Líquido do Período	420.000	471.182	-10,9%
(+) Tributo sobre o Lucro (Nota Explicativa 31)	180.626	105.594	71,1%
(+) Resultado Financeiro (Nota Explicativa 30)	(58.070)	44.567	-230,3%
(=) EBIT	542.556	621.343	-12,7%
(+) Depreciações e Amortizações (Nota Explicativa 29)	114.567	133.520	-14,2%
(=) EBITDA	657.123	754.863	-12,9%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

uma empresa **endesabril**

Resultado Financeiro

O resultado financeiro da Coelce, no ano de 2012, ficou em R\$ 58 milhões, uma evolução de R\$ 103 milhões em relação ao ano anterior, de -R\$ 45 milhões. Este incremento é o efeito líquido das seguintes variações:

	2012	2011	Var. %
Receitas Financeiras			
Renda de Aplicações Financeiras	36.696	22.108	66,0%
Acréscimo Moratório sobre Conta de Energia	41.809	38.145	9,6%
Receita Ativo Indenizável	180.107	8.610	-
Outras	15.710	21.035	-25,3%
Total - Receitas Financeiras	274.322	89.898	205,1%
Despesas financeiras			
Encargo de Dívidas	(78.597)	(72.967)	7,7%
Variações Monetárias	(27.208)	(23.998)	13,4%
IOF e IOC	(370)	(3.469)	-89,3%
Multas (ARCE, ANEEL e outras)	(52.383)	-	-
Outras	(57.694)	(34.031)	69,5%
Total - Despesas Financeiras	(216.252)	(134.465)	60,8%
Total - Receitas e Despesas Financeiras	58.070	(44.567)	-230,3%

Variações relevantes

Receita do Ativo Indenizável (aumento de R\$ 172 milhões): O incremento observado se deve, basicamente, ao registro contábil de um maior ativo e receita financeira no montante de R\$ 180 milhões, tendo em vista a mudança de metodologia de avaliação do ativo indenizável, após a promulgação da Lei 12.783 que tornou definitiva a Medida Provisória nº 579 de 11 de setembro de 2012. A nova metodologia passou a ter como base o Valor Novo de Reposição – VNR, adotando-se o banco de preços homologados pela ANEEL.

Multas - ARCE, ANEEL e outras (aumento de R\$ 52 milhões): As variações são reflexo dos seguintes itens: (i) multas recebidas em 2012, de aproximadamente R\$ 52 milhões, sendo R\$ 31 milhões de multas diversas aplicadas pela Agência Reguladora do Estado do Ceará (ARCE), R\$ 6,8 decorre de multa de auto de infração de ICMS e R\$ 11,2 milhões refere-se a provisão de auto de infração emitido pela ANEEL (não-conformidade em processos detectados durante revisão tarifária). As multas aplicadas pela ARCE são decorrentes de autos de infrações recebidos pela Coelce oriundos de ações fiscalizadoras, como por exemplo, em relação à medição dos indicadores de qualidade do fornecimento e ao cumprimento das metas dos programas de universalização e Luz para Todos na área de concessão da Companhia. Esses autos estão em fase de defesa pela Companhia.

Outras Despesas Financeiras (aumento de R\$ 24 milhões): As variações na rubrica de outras despesas financeiras são decorrentes basicamente de i) atualização financeira de passivo (diferimento de pagamento de compra de energia) no montante de R\$ 16 milhões e ii) atualização financeira de processos regulatórios no valor de R\$ 3,1 milhões.

Lucro Líquido e Margem Líquida

Com base nos efeitos expostos anteriormente, a Coelce registrou em 2012 um lucro líquido de R\$ 420 milhões, valor 10,9% inferior ao registrado no ano de 2011, que foi de R\$ 471 milhões (-R\$ 51 milhões). A Margem Líquida em 2012 alcançou 14,51%.

ENDIVIDAMENTO

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

	2012	2011	Var. %
Dívida bruta (R\$ mil)	971.918	1.123.992	-13,5%
(-) Dívida Previdenciária (R\$ mil)	18.147	28.546	-36,4%
(-) Caixa, Equivalentes e Aplicações Financ. (R\$ mil)	215.030	328.200	-34,5%
Dívida líquida (R\$ mil)	738.741	767.246	-3,7%
Dívida bruta / EBITDA(1)	1,48	1,49	-0,7%
EBITDA(1) / Encargos de Dívida(1)	8,36	10,35	-19,2%
Dívida bruta / (Dívida bruta + PL)	0,38	0,43	-11,6%
Dívida líquida / (Dívida líquida + PL)	0,32	0,34	-5,9%

(1) EBITDA e Encargo de Dívida acumulado nos últimos 12 meses

A dívida bruta da Coelce encerrou o ano de 2012 em R\$ 972 milhões, uma redução de 13,5% em relação ao ano de 2011, que foi de R\$ 1.124 milhões (-R\$ 152 milhões). Esta redução está basicamente associada à amortização da 1ª parcela da 2ª tranche da 2ª emissão de debêntures da Companhia em julho de 2012, no montante de R\$ 60 milhões, e pela amortização dos empréstimos da companhia com o BNDES, que totalizou R\$ 77 milhões. A Coelce encerrou 2012 com o custo da dívida médio em 10,86% a.a., ou CDI + 2,44% a.a., custo este que reflete a composição do portfólio de empréstimos da Companhia, onde 39% são empréstimos firmados com bancos de fomento (BNB e BNDES) e com a Eletrobrás, oferecendo taxas abaixo da média praticada pelo mercado privado.

Em dezembro de 2012, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Standard & Poor's procedeu com o upgrade da perspectiva do **rating** corporativo da Companhia de estável para positiva, estabelecendo-o em **brAA+ com perspectiva positiva**, refletindo a solidez creditícia atual e futura da Coelce.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



INVESTIMENTOS

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)

	2012	2011	Var. %
Investimentos por Demanda	144.377	141.436	2,1%
Novas Conexões	84.578	94.957	-10,9%
Atendimento à Demanda	59.799	46.479	28,7%
Qualidade do Sistema Elétrico	31.481	40.820	-22,9%
Programa Luz para Todos (PLPT)	23.153	76.902	-69,9%
Combate às Perdas	18.592	27.375	-32,1%
Outros	36.912	40.729	-9,4%
(-) Reversão de Provisão / Variação de Estoque	(7.320)	(29.000)	-74,8%
Total Investido	247.195	298.262	-17,1%
Aportes / Subsídios	(64.346)	(120.756)	-46,7%
Investimento Líquido	182.849	177.506	3,0%

Os investimentos realizados pela Coelce em 2012 alcançaram R\$ 247 milhões, um decréscimo de 17,1% (-R\$ 51 milhões) em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 298 milhões. Esta redução está associada, basicamente, ao menor número de clientes conectados através do Programa Luz para Todos (PLPT) em 2012. Em 2012, foram conectados um total de 4,2 mil clientes, contra 15,4 mil no ano anterior.

O maior volume, em 2012, foi direcionado aos investimentos em novas conexões, que representou R\$ 85 milhões de todo o valor investido no período mencionado.

Excluindo os aportes e subsídios realizados, os investimentos líquidos realizados pela Coelce atingiram R\$ 183 milhões em 2012, montante 3,0% superior ao realizado em 2011, que foi de R\$ 178 milhões.

RECONHECIMENTOS E PREMIAÇÕES

Prêmio ABRADEE 2012

A Coelce foi classificada como a Melhor Distribuidora de Energia do Brasil e também a Melhor na Avaliação do Cliente, obtidos pela 4ª vez consecutiva. Ainda foi conquistado o prêmio de Melhor Distribuidora do Nordeste pela 7ª vez consecutiva, o 1º lugar do Brasil em Responsabilidade Social, pela segunda vez consecutiva, e 1º lugar em Qualidade da Gestão.

PNQ 2011/2012

A Coelce foi reconhecida pelo Prêmio Nacional da Qualidade (PNQ) edição 2011, dentre as 41 empresas, como empresa premiada pela qualidade de sua gestão. Essa é a classificação máxima do PNQ, e significa que a companhia obteve pontuação considerada "excelente" em todos os critérios avaliados, e sendo reconhecida como uma empresa de classe mundial. O prêmio tem validade de dois anos consecutivos para a empresa vencedora.

Prêmio Iberoamericano de Qualidade 2012

A Coelce recebeu um dos maiores reconhecimentos internacionais em gestão, o Prêmio Iberoamericano de Qualidade 2012. A companhia alcançou nível Ouro, que é o título máximo concedido pela Fundación Iberoamericana para la Gestión de la Calidad (Fundibeq), responsável pela avaliação das práticas de gestão de empresas da América Latina, Portugal e Espanha. Somente as premiadas no Prêmio Nacional da Qualidade - PNQ estão credenciadas a participar do Iberoamericano.

ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBovespa

Pelo 7º ano consecutivo, a Coelce integra o Índice de Sustentabilidade Empresa (ISE), da BM&FBovespa. O ISE tem por objetivo refletir o retorno de uma carteira composta por ações de empresas com reconhecido comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial, e também atuar como promotor das boas práticas no meio empresarial brasileiro.

Ao todo, a carteira reúne 51 ações de 37 empresas, de 16 setores diferentes da economia. As companhias participantes da nova carteira do ISE foram selecionadas entre as empresas que responderam ao questionário desenvolvido pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVCes) da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP).

Certificado IBEF de Sustentabilidade

Pelo 2º ano consecutivo, a Coelce recebeu o certificado de Excelência em Sustentabilidade, concedido pelo Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças.

150 Melhores Empresas para se Trabalhar, pela Revista EXAME

A Coelce foi classificada pela 7ª vez consecutiva entre as 150 Melhores Empresas para se Trabalhar no Brasil.

100 Melhores Empresas para se Trabalhar, pela Great Place to Work pelo 5º ano consecutivo

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

 uma empresa endesa brasil

Pela 5ª vez a Coelce permanece no seleto grupo 100 empresas consideradas um excelente lugar para se trabalhar no Brasil, promovido pela revista Época em parceria com o Instituto Great Place to Work (GPTW).

Prêmio Empresário Melhor Amigo do Esporte

A Coelce foi reconhecida, pela 3ª vez consecutiva, em 1º lugar com o “Prêmio Melhor Amigo do Esporte no Estado”, iniciativa do Ministério dos Esportes que reconhece as empresas que aportaram recursos na área por meio da Lei de Incentivo ao Esporte.

Prêmio Medalha Eloy Chaves

Concedido pela ABCE – Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica, anualmente, às empresas do setor elétrico que apresentam os menores índices de acidentes no trabalho. A Coelce conquistou o 3º lugar em Segurança do Trabalho.

Prêmio Fiec por Desempenho Ambiental

A Coelce foi um dos destaques do Prêmio Fiec em 2012, que reconhece empresas cujas práticas contribuem para a conservação do meio ambiente, a companhia foi premiada na categoria Educação Ambiental pelo trabalho desenvolvido com a Nave Coelce junto às comunidades. A Nave Coelce, plataforma móvel de educação ambiental, leva educação para o consumo consciente por meio de atividades sensoriais e de mostras de áudio e vídeo.

Prêmio Pesquisa CIER

Pela 4ª vez consecutiva a Coelce é premiada na Pesquisa CIER (Comisión de Integración Energética Regional), realizada em mais de 50 empresas em 14 países da América Latina. Em 2012 a Coelce recebeu Menção Especial pela maior evolução nos atributos de Responsabilidade Social (ISCAL).

Prêmio Aberje

Prêmio concedido pela Associação Brasileira de comunicação Empresarial (Aberje), que tem por objetivo discutir e promover, numa perspectiva local e global, a comunicação empresarial e organizacional como função administrativa, política, cultural e simbólica de gestão estratégica das organizações e de fortalecimento da cidadania. A Coelce conquistou em 2012 o 1º lugar na categoria "Comunicação de programas, projetos e ações culturais" com o case "Programa Luz nas Artes".

Prêmio Delmiro Gouveia

Realizado pela Fundação Demócrito Rocha e pelo Grupo de Comunicação O Povo, o prêmio contou com a participação de quase 300 organizações e homenageou as maiores e melhores empresas do Estado. Além do destaque em contratação de pessoas com deficiência, a Coelce conquistou o 2º lugar entre as maiores empresas do Ceará e a 3ª colocação na categoria Desempenho Social para as empresas com faturamento acima de R\$ 90 milhões.

Prêmio Contribuintes

A Coelce foi reconhecida em 2012 entre as maiores em arrecadação de ICMS no segmento de serviços do estado do Ceará (prêmio relativo a 2011). O prêmio é promovido pela Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará – Sefaz, em parceria com o Jornal Diário do Nordeste.

Prêmio Nacional de Inovação

Promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e pelo Movimento Brasil Competitivo (MBC), com apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). O prêmio, que visa o reconhecimento de empresas brasileiras que contribuem para o aumento da competitividade do país por meio da inovação, posicionou a Coelce como finalista na categoria Modelo de Negócio - Grande Empresa. A premiação ocorrerá em 2013.

Prêmio Best Innovator - Revista Época

A Coelce conquistou o 14º lugar no ranking das empresas brasileiras com melhores resultados na área de inovação, com destaque para os programas Deu Certo e a Bolsa Coelce de Inovações, que visam estimular práticas de melhoria contínua entre os colaboradores. A Companhia foi a única da região Nordeste e a melhor qualificada no ranking Best Innovator entre as concessionárias de energia elétrica do Brasil. A pesquisa foi realizada pela A.T. Kearney, empresa de consultoria empresarial norte-americana, com apoio da Época Negócios. Foram listadas 20 empresas das 80 inscritas e analisados os seguintes aspectos de inovação: estratégia, processos, organização e cultura, estrutura e resultados.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

As práticas socioambientais para o cumprimento da Política de Sustentabilidade, adotadas pela Coelce, se fortaleceram em 2012. Foram investidos durante o ano mais de R\$ 23,5 milhões em projetos educacionais, culturais e de eficiência energética, que beneficiaram mais de 2,6 milhões de pessoas no Ceará.

Com os recursos aplicados permitiu-se oferecer aos cearenses programas de impacto relevante em suas vidas, especialmente para as comunidades de baixa renda, público-alvo destes projetos. Foram desenvolvidos com o montante aplicado, os seguintes programas: Troca Eficiente (troca de lâmpadas e geladeiras), Ecoelce (troca de resíduos recicláveis por crédito na conta de energia), Coelce nas Escolas, Energia Social (projeto de geração

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

uma empresa **coelce** endesa brasil

de renda), Coelce nos Bairros, Baú de Leitura, Coelce Solidária (arrecadação de recursos para entidades sem fins lucrativos), entre outros. Além disso, a empresa manteve seus processos certificados pelas normas ISO 14001 e OHSAS 18001.

O impacto destas práticas reflete-se nos resultados dos atributos de Responsabilidade Social da pesquisa Abradee que, em 2012, posicionou a Coelce em 1º lugar pela 4ª vez consecutiva no Brasil, entre as distribuidoras de energia pesquisadas.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos da Instituição CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, destacamos que a Companhia firmou contrato com a Ernst & Young Terco Auditores Independentes, para prestação de serviços de auditoria de suas Demonstrações Financeiras Anuais e revisões das suas informações trimestrais para um período de 5 (cinco) anos, assim como contratou alguns serviços relativos à revisão de informações financeiras constantes em relatórios de uso específico da empresa e suas contrapartes, tendo todos esses serviços a natureza de serviços de auditoria externa independente.

A Ernst & Young Terco não prestou à Companhia serviços não-relacionados à auditoria independente.

A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo Endesa quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto ao auditor independente, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

Composição da Diretoria

- Abel Alves Rochinha – Diretor Presidente
- Teobaldo José Cavalcante Leal – Diretor de Relações com Investidores
- David Augusto de Abreu – Diretor Financeiro
- José Nunes de Almeida Neto – Diretor de Relações Institucionais e Comunicação
- Carlos Ewandro Naegle Moreira – Diretor de Recursos Humanos
- José Távora Batista – Diretor Técnico
- Olga Jovanna Carranza Salazar – Diretora Comercial
- Aurélio Ricardo Bustilho de Oliveira – Diretor de Planejamento e Controle
- José Alves de Mello Franco – Diretor de Regulação
- Cristine de Magalhães Marcondes – Diretora Jurídica
- Nelson Ribas Visconti – Diretor de Assessoria Tributária

Composição do Conselho de Administração

Conselheiros Efetivos

- Mário Fernando de Melo Santos
- Marcelo Andrés Llénenes Rebolledo
- Gonzalo Manuel Vial Vial
- Nelson Ribas Visconti
- José Alves de Mello Franco
- Aurélio Ricardo Bustilho de Oliveira
- Cristián Eduardo Fierro Montes
- Jorge Parente Frota Júnior
- Francisco Honório Pinheiro Alves
- Fernando Antônio de Moura Avelino
- Renato Soares Sacramento

Conselheiros Suplentes

- Antônio Basílio Pires e Albuquerque
- Luciano Alberto Galasso Samaria
- Teobaldo José Cavalcante Leal
- José Caminha Alencar Araripe Júnior
- José Nunes de Almeida Neto
- José Távora Batista
- Juarez Ferreira de Paula
- Vládía Viana Régis

Composição do Conselho Fiscal

Conselheiros Efetivos

- Raimundo Francisco Padilha Sampaio
- Antonio Cleber Uchoa Cunha
- Sergio Queiroz Lyra

Conselheiros Suplentes

- Aldemir Ferreira de Paula Augusto
- José Aldro Luiz de Oliveira
- Luciana Menegassi Leocadio Silvestrini

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Contador Responsável

Claudio Roberto Azevedo Ferreira – CRC-RJ 078103/O-1 S-CE

Relações com Investidores

Teobaldo José Cavalcante Leal – Diretor de Relações com Investidores

Isabel Alcântara – Responsável por Relações com Investidores

www.coelce.com.br/ri.htm

investor@coelce.com.br

55 85 3453-4995

55 85 3453-4028

55 21 2613-7773

Fortaleza, 27 de Março de 2013.

A Administração

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

1. Informações gerais

A Companhia Energética do Ceará - COELCE ("Companhia"), sociedade por ações de capital aberto registrada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com sede na Rua Padre Valdevino, nº 150, Fortaleza, Ceará, controlada pela Investluz S.A. (ambas as empresas do Grupo Endesa), é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A Companhia tem como área de concessão todo o Estado do Ceará. A concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica se deu por meio do Contrato de Concessão de Distribuição nº 01/1998, de 13 de maio de 1998, da ANEEL, com vencimento para maio de 2028.

Conforme descrito na Nota 2.22, a Companhia efetuou correções de determinadas classificações em seu balanço patrimonial, as quais impactaram a demonstração dos fluxos de caixa. Essas modificações em relação às demonstrações financeiras anteriormente emitidas não causaram alterações no patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2011, nem no resultado do exercício findo naquela data.

A autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreu em reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de março de 2013.

2. Principais políticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Declaração de conformidade--Continuação

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB - *International Accounting Standards Board*.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas.

2.3. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são preparadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

Na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data de transação e a data das demonstrações financeiras são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Informações por segmento

O Pronunciamento Técnico CPC 22 - Informações por segmento ("CPC 22"), requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes da Companhia que sejam regularmente revisados pelo mais alto tomador de decisões (*"chief operating decision maker"*), com o objetivo de alocar recursos aos segmentos, bem como avaliar suas performances. A Administração efetuou a análise e concluiu que a Companhia opera com um único segmento - distribuição de energia - não sendo aplicável a divulgação específica de uma nota explicativa de "informações por segmento".

2.5. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

Os serviços de distribuição de energia elétrica são medidos através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário de leitura, sendo a receita de serviços registrada na medida em que as faturas são emitidas. Com a finalidade de adequar as leituras ao período de competência, os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa.

2.5.1. Receita não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue mas não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Reconhecimento de receita--Continuação

2.5.2. Receita de construção

A Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão ("ICPC 01") estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (R1) - Contratos de construção ("CPC 17") (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 (R1) - Receitas ("CPC 30") (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

2.5.3. Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

2.6.1. Ativo financeiro

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de consumidores, concessionários e permissionários, concessão de serviço público (ativo indenizável) e cauções.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

2.6.1. Ativo financeiro--Continuação

Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

2.6.1. Ativo financeiro--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Ativos financeiros disponíveis para venda--Continuação

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- ▶ Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- ▶ A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

2.6.1. Ativo financeiro--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

2.6.1.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

2.6.1. Ativo financeiro--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

2.6.1.2. Consumidores, concessionários e permissionários

As contas a receber de consumidores, concessionários e permissionários referem-se aos créditos de fornecimento de energia faturada, não faturada e energia comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE até a data do balanço e contabilizadas pelo regime de competência; sendo demonstradas pelo valor de realização. Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não apresentarem um efeito relevante nas demonstrações financeiras.

2.6.1.3. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É calculada com base nos valores de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para clientes com débitos relevantes. Está reconhecida em valor julgado pela Administração da Companhia como suficiente para atender às perdas prováveis na realização dos créditos.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

2.6.2. Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

2.6.3. Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, contas garantia (conta-corrente com saldo negativo), empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

2.6.3. Passivos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

2.6.3. Passivos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Mantidos para negociação

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 38 ("CPC 38"), a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivos. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos e debêntures sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

2.6.4. Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.5. Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado; ou outros modelos de avaliação.

2.7. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos representados por contratos de *swap* de taxa de juros, visando exclusivamente proteção contra o risco da variação da taxa sobre os empréstimos e financiamentos e as debêntures, os quais estão indexados ao CDI. Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos ao valor justo, sendo ganhos ou perdas reconhecidos no resultado imediatamente. A Nota 33 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos derivativos contratados pela Companhia.

A Companhia não tem contratos derivativos com fins comerciais e especulativos.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.8. Ativo indenizável (concessão)

Em 11 de janeiro de 2013, foi promulgada a Lei nº 12.783 ("Lei nº 12.783/13") que tornou definitiva a Medida Provisória nº 579 de 11 de setembro de 2012 ("MP nº 579/12"), que dispõe sobre a prorrogação e licitação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências.

A partir da publicação da Lei nº 12.783/13, as concessões de distribuição de energia elétrica alcançadas pelo art. 22 da Lei nº 9.074 de 7 de julho de 1995 ("Lei nº 9.074/95"), poderão ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 anos. Adicionalmente, a Lei nº 12.783/13 prevê que o Governo, na sua qualidade de concedente, use para a determinação da indenização do valor dos investimentos dos bens reversíveis ainda não amortizados ou não depreciados com base no Valor Novo de Reposição ("VNR"), adotando-se o banco de dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e o banco de preços homologados pela ANEEL.

Este novo fato causou uma mudança significativa nos critérios a serem considerados para valorização e classificação dos bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados quando do término da concessão.

Anteriormente, a Companhia adotava o valor residual contábil (custo histórico) como metodologia para cálculo do valor indenizatório e, como consequência, como base para o cálculo dos efeitos da adoção da ICPC 01 e ICPC 17 e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contrato de concessão ("OCPC 05"). Este ativo financeiro, representado pelo valor indenizatório da Companhia, encontrava-se classificado como "empréstimos e recebíveis" e como consequência da promulgação da Lei nº 12.783/13, este instrumento financeiro passou a ser classificado como "disponível para venda".

Considerando a natureza prospectiva do referido assunto, decorrente de novo posicionamento por parte do órgão regulador imposto pela Lei nº 12.783/13, a Administração da Companhia procedeu o recálculo do ativo indenizável da Companhia levando em consideração o VNR dos bens ao final da concessão, sendo o impacto consolidado divulgado na receita financeira no montante de R\$ 180.107.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.8. Ativo indenizável (concessão)--Continuação

Adicionalmente, a referida Lei extingue a arrecadação da Conta Consumo de Combustível - CCC e Reserva Global de Reversão - RGR, além de reduzir a arrecadação da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE em 75%.

2.9. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.10. Ativo intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) - Ativo intangível ("CPC 04"), a ICPC 01 e a OCPC 05.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.10. Ativo intangível--Continuação

O ativo intangível está sendo amortizado de forma não linear e limitado ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia ou vida útil do bem relacionado, dos dois o menor. Esse ativo intangível é avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

2.11. Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

2.12. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.12. Provisões--Continuação

Geral--Continuação

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.13. Impostos

2.13.1. Imposto de renda e contribuição social - correntes

A despesa de imposto de renda e contribuição social é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos pelo regime de competência.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.13. Impostos--Continuação

2.13.1. Imposto de renda e contribuição social - correntes--Continuação

A Companhia goza de incentivos fiscais (benefício ADENE) com redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente às suas atividades de distribuição até o ano-base de 2016. Os valores correspondentes à redução do imposto de renda são contabilizados como redução das correspondentes despesas de impostos no resultado do exercício e posteriormente transferido para o patrimônio líquido na conta "Reserva de Incentivo Fiscal".

Para o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adota o Regime Tributário de Transição - RTT, que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 ("Lei nº 11.638/07"), e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 ("Lei 11.941/09"), da base de cálculo desses tributos.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

2.13.2. Impostos diferidos

Os impostos diferidos ativos atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são registrados no pressuposto de realização futura, baseado nas projeções de resultados preparados pela Administração da Companhia.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada anualmente e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.13. Impostos--Continuação

2.13.2. Impostos diferidos--Continuação

Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas de impostos conhecidas aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. Dada a incerteza inerente às estimativas, o lucro tributável futuro poderá ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando do montante do ativo fiscal a ser registrado.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando a compensação é permitida por Lei.

Impostos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração de resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

2.14. Taxas regulamentares

Por atuar em um setor regulado, a Companhia está sujeita ao pagamento de algumas taxas regulamentares, que são registradas e demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas. As principais taxas regulamentares aplicáveis à Companhia são as seguintes:

2.14.1. Reserva Global de Reversão (RGR)

Refere-se à provisão dos valores a serem pagos à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, calculadas à base de 2,5% sobre o saldo de imobilizado (sem a aplicação da ICPC 01, conforme definido pela ANEEL), limitada a 3% da receita bruta de operações com energia elétrica. Tais valores são regulamentados em bases anuais através de despachos emitidos pela Superintendência de Fiscalização Econômica Financeira (SFF) da ANEEL (Vide Nota 2.8).

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.14. Taxas regulamentares--Continuação

2.14.2. Conta Consumo de Combustível (CCC)

Parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, nos sistemas interligados com dupla destinação: pagar as despesas com o combustível usado nas térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas; e subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados (Vide Nota 2.8)

2.14.3. Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL (Vide Nota 2.8).

2.14.4. Programas de Eficiência Energética (PEE) - Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória (ROL Regulatória) para aplicação nesses programas.

2.14.5. Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.14. Taxas regulamentares--Continuação

2.14.6. Encargo do Serviço do Sistema - ESS

Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração.

2.15. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas (passivos).

2.16. Participação nos resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em consideração o alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. O valor atribuído a essa participação é registrado como despesa operacional.

2.17. Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes ("CPC 25") e na Interpretação Técnica ICPC 08 (R1) - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos ("ICPC 08"), as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos, após destinação para reserva legal.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.17. Distribuição de dividendos--Continuação

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "dividendo adicional proposto" no patrimônio líquido.

2.18. Benefícios de aposentadoria pós-emprego

A Companhia patrocina planos de previdência do tipo benefício definido a certos empregados, além de benefício de assistência médica pós-emprego, os quais requerem que contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios da Companhia.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 - Benefícios a empregados ("CPC 33"). O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são reconhecidos em outros resultados abrangentes, em conformidade com as regras do CPC 33, baseando-se em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, conforme detalhes divulgados na Nota 23.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.19. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa ("CPC 03"), bem como as demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do valor adicionado ("CPC 09").

2.20. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2012

Alguns pronunciamentos técnicos e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") foram revisados e têm a sua adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2012. Dada a natureza das modificações que foram realizadas e as operações da Companhia e de suas controladas, a adoção desses pronunciamentos e interpretações mencionados abaixo não produziram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

► CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação ("CPC 40")

A revisão do CPC 40 contempla as alterações feitas pelo IASB - *International Accounting Standards Board* após a edição desse pronunciamento, o qual ainda inclui algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção é produzir os mesmos reflexos contábeis introduzidos pela aplicação do IFRS 7 - *Financial Instruments: Disclosures* ("IFRS 7").

► ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos ("ICPC 08").

A revisão da ICPC 08 tem como objetivo complementar o documento original emitido pelo CPC em 2009, abordando em mais detalhes as previsões contidas na legislação societária brasileira em relação à contabilização da proposta de pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas ou sócios.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.20. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2012--Continuação

- ▶ CPC 18 (R1) - Investimento em Coligada e em Controlada ("CPC 18").

A revisão do CPC 18 contempla as alterações feitas pelo IASB - International Accounting Standards Board após a edição desse pronunciamento, o qual ainda inclui algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção é produzir os mesmos reflexos contábeis introduzidos pela aplicação do IAS 28 - Investments in Associates. Alteração relevante trata do reconhecimento de resultados de transações entre controlada e controladora constante nos itens 22A, 22B e 22C, também tratado no ICPC 09, comentado abaixo.

- ▶ ICPC 09 (R1) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial ("ICPC 09").

A revisão da ICPC 09 é decorrente da revisão do Pronunciamento Técnico CPC 18.

- ▶ CPC 17 (R1) - Contratos de Construção ("CPC 17").

A revisão do CPC 17 contempla as alterações feitas pelo IASB - International Accounting Standards Board após a edição desse pronunciamento, o qual ainda inclui algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção é produzir os mesmos reflexos contábeis introduzidos pela aplicação do IAS 11 - Construction Contracts.

- ▶ CPC 30 (R1) - Receitas ("CPC 30").

A revisão do CPC 30 contempla as alterações feitas pelo IASB - International Accounting Standards Board após a edição desse pronunciamento, o qual ainda inclui algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção é produzir os mesmos reflexos contábeis introduzidos pela aplicação do IAS 18 - Revenue.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.20. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2012--Continuação

- ▶ CPC 35 (R2) - Demonstrações Separadas ("CPC 35").

A revisão do CPC 35 contempla as alterações feitas pelo IASB - International Accounting Standards Board após a edição desse pronunciamento, o qual ainda inclui algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção é produzir os mesmos reflexos contábeis introduzidos pela aplicação do IAS 27 - Separate Financial Statements.

2.21. Novos pronunciamentos ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012

Listamos a seguir os pronunciamentos que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. A Administração da Companhia pretende adotar tais pronunciamentos quando os mesmos entrarem em vigor.

- ▶ CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados ("CPC 33").

A revisão do CPC 33 contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 19 - Employee Benefits, emitido pelo IASB - International Accounting Standards Board, que passa a vigorar em ou a partir de 1 de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é estabelecer a contabilização e a divulgação dos benefícios concedidos aos empregados. Para tanto, o pronunciamento requer que a entidade reconheça: (a) um passivo quando o empregado prestou o serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro; e (b) uma despesa quando a entidade se utiliza do benefício econômico proveniente do serviço recebido do empregado em troca de benefícios a esse empregado.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.21. Novos pronunciamentos ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012 --Continuação

- ▶ CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto ("CPC 18").

A revisão do CPC 18 contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 28 - Investments in Associates, emitido pelo IASB - International Accounting Standards Board, que passa a vigorar em ou a partir de 1 de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é prescrever a contabilização de investimentos em coligadas e em controladas, além de definir os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).

- ▶ CPC 45 - Divulgações de Participações em Outras Entidades ("CPC 45").

O CPC 45 contempla substancialmente a convergência com o texto do IFRS 12 - Disclosure of Interests in Other Entities, emitido pelo IASB - International Accounting Standards Board, que passa a vigorar em ou a partir de 1 de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é orientar a entidade quanto à forma de divulgação de informações sobre sua participação em outras entidades. Dessa forma, permite-se aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem os riscos inerentes a essas participações e seus efeitos sobre sua a posição patrimonial e financeira, o seu desempenho financeiro e seus respectivos fluxos de caixa.

- ▶ CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas ("CPC 36").

A revisão do CPC 36 contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 27 - Consolidated and Separate Financial Statements, que resultou na edição pelo IASB - Internacional Accounting Standards Board do IFRS 10 - Consolidated Financial Statements, que passa a vigorar em ou a partir de 1 de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é estabelecer princípios para apresentação e elaboração de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais outras entidades.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.21. Novos pronunciamentos ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012 --Continuação

- ▶ CPC 46 - Mensuração do Valor Justo ("CPC 46").

O CPC 46 contempla substancialmente a convergência com o texto do IFRS 13 - Fair Value Measurement, emitido pelo IASB - International Accounting Standards Board, que passa a vigorar em ou a partir de 1 de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é (i) definir valor justo; (ii) estabelecer em um único pronunciamento uma estrutura para a mensuração do valor justo; e (iii) estabelecer divulgações sobre mensurações do valor justo.

2.22. Reapresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011

Durante o quarto trimestre do exercício de 2012, a Companhia identificou erros na classificação de certos instrumentos financeiros entre caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, para os quais o balanço patrimonial e a demonstração dos fluxos de caixa foram corrigidos. A Administração da Companhia concluiu, baseada em uma reavaliação do assunto, que certos instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa no balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2011 e que havia sido reportado anteriormente, deveriam ser registrados como títulos e valores mobiliários, e que certos títulos e valores mobiliários deveriam ser registrados como caixa e equivalentes de caixa, para estarem em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Esses valores foram determinados para 31 de dezembro de 2011 e para 1 de janeiro de 2011 (equivalente aos saldos de 31 de dezembro de 2010), de forma a demonstrar o ajuste do erro no início do mais antigo período comparativo apresentado.

Como demonstrado na tabela abaixo, esses ajustes resultaram em uma diminuição do saldo de caixa e equivalentes de caixa e em um aumento no saldo dos títulos e valores mobiliários no balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2011.

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
 31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)
 (Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação**2.22. Reapresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011--Continuação****Balanço patrimonial**

	31 de dezembro de 2011			1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Caixa e equivalentes de caixa	187.476	(95.986)	91.490	52.771	-	52.771
Títulos e valores mobiliários	140.724	95.986	236.710	51.499	-	51.499

Esses ajustes também foram refletidos na demonstração dos fluxos de caixa correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Demonstração dos fluxos de caixa

	31 de dezembro de 2011		
	Anteriormente Publicado	Ajustes	Reapresentado
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(266.425)	(95.986)	(362.411)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	52.771	-	52.771
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	187.476	(95.986)	91.490

As Notas 4 e 5 estão sendo reapresentadas com o objetivo de demonstrar os saldos modificados e as respectivas divulgações ajustadas após a correção do erro mencionado anteriormente.

As referidas reclassificações não produziram impacto nos demais saldos do ativo (circulante e não circulante), passivo (circulante e não circulante), patrimônio líquido (incluindo as suas mutações), demonstrações do resultado e do resultado abrangente.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir:

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas --Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização. A provisão é constituída com base nos valores a receber de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para os clientes com débitos relevantes.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas --Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto de renda diferido ativo é reconhecido na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Benefícios pós-emprego

O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e outros benefícios de assistência médica pós-emprego, e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base. Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas vide Nota 23.

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
 31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)
 (Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u> (Reapresentado)	<u>01/01/2011</u>
Caixa e contas correntes bancárias	47.405	18.129	19.997
Aplicações financeiras	105.310	73.361	32.774
Total de caixa e equivalentes de caixa	152.715	91.490	52.771

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI.

Em 31 de dezembro de 2012, 2011 e em 1 de janeiro de 2011, as aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u> (Reapresentado)	<u>01/01/2011</u>
Aplicações diretas			
CDB - Certificado de Depósito Bancário	53.846	-	20.018
Operações compromissadas	572	527	-
Fundos de investimentos não exclusivos	-	-	4.109
Total de aplicações diretas	54.418	527	24.127
Fundos exclusivos			
CDB - Certificado de Depósito Bancário	36.957	31.763	8.436
Operações compromissadas	13.935	41.071	-
Fundos de investimentos não exclusivos	-	-	211
Total de fundos exclusivos	50.892	72.834	8.647
Total de aplicações financeiras	105.310	73.361	32.774

As aplicações financeiras podem ser resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão em um valor conhecido de caixa e com risco insignificante de seu valor. Dada a natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
 31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)
 (Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

5. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2012, 2011 e em 1º de janeiro de 2011, as aplicações financeiras classificadas como títulos e valores mobiliários são compostas da seguinte forma:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u> (Reapresentado)	<u>01/01/2011</u>
Fundos de investimentos não exclusivos	<u>332</u>	<u>1.220</u>	<u>-</u>
Total de fundos de investimentos não exclusivos	<u>332</u>	<u>1.220</u>	<u>-</u>
Fundos de investimentos exclusivos			
Títulos públicos	<u>35.335</u>	<u>94.384</u>	<u>27.194</u>
Fundos de investimentos exclusivos	<u>20.363</u>	<u>135.842</u>	<u>-</u>
CDB - Certificado de Depósito Bancário	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Operações compromissadas	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>20.085</u>
Outros	<u>6.285</u>	<u>5.264</u>	<u>4.220</u>
Total de fundos de investimentos exclusivos	<u>61.983</u>	<u>235.490</u>	<u>51.499</u>
Total de títulos e valores mobiliários	<u>62.315</u>	<u>236.710</u>	<u>51.499</u>

Através de fundos exclusivos, a Companhia aplica seus excedentes de caixa em títulos públicos pós-fixados e pré-fixados, além de outros instrumentos tradicionais de renda fixa com baixo risco de crédito e alta liquidez. Esses investimentos possuem vencimento superiores a 90 dias, mas que não excedem um ano, e são classificados como títulos e valores mobiliários.

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
 31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)
 (Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

6. Consumidores, concessionários e permissionáriosa) Análise das contas a receber e demonstrativo do saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Classe de consumidores	Saldos			Valor bruto		
	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Circulante						
Residencial	76.686	48.953	20.001	145.640	134.673	118.140
Industrial	16.780	5.779	1.363	23.922	22.881	23.050
Comercial	31.275	14.493	8.427	54.195	51.535	40.936
Rural	18.527	8.053	3.138	29.718	27.231	25.098
Poder público	17.056	7.125	97	24.278	25.201	28.425
Iluminação pública	3.006	554	98	3.658	7.352	5.831
Serviço público	7.532	828	-	8.360	7.312	7.498
Subtotal	170.862	85.785	33.124	289.771	276.185	248.978
Comercialização na CCEE	31.715	-	-	31.715	-	-
Encargo emergencial (c)	-	-	2.473	2.473	2.475	2.477
Créditos junto a clientes com ações judiciais (d)	-	-	63.303	63.303	61.215	66.537
Consumidores livres	15.752	-	-	15.752	10.210	6.657
Parcelamento de débitos (e)	17.059	-	-	17.059	21.594	26.229
Fornecimento não faturado (f)	133.754	-	-	133.754	119.210	109.913
Outros créditos	2.182	861	(213)	2.830	11.947	11.015
Subtotal	371.324	86.646	98.687	556.657	502.836	471.806
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (g)	-	-	-	(92.371)	(84.385)	(87.747)
Total circulante	371.324	86.646	98.687	464.286	418.451	384.059
Não circulante						
Comercialização na CCEE (b)	-	-	15.289	15.289	15.289	15.289
Parcelamento de débitos (e)	8.399	-	-	8.399	10.950	14.677
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (g)	-	-	-	(1.343)	(2.984)	(2.051)
Total não circulante	8.399	-	15.289	22.345	23.255	27.915

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
 31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)
 (Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

6. Consumidores, concessionários e permissionários--Continuação

a) Análise das contas a receber e demonstrativo do saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa--Continuação

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte

Saldo em 1 de janeiro de 2011	(89.798)
(Adições) reversões	(11.856)
Baixas	14.285
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(87.369)
(Adições) reversões	(21.717)
Baixas	15.372
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(93.714)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base nos critérios estabelecidos pela legislação regulatória aliada à análise dos riscos de perdas dos valores vencidos de clientes, questões judiciais e um percentual sobre dívidas parceladas. É considerada suficiente pela Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber.

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

6. Consumidores, concessionários e permissionários--Continuação**b) Comercialização no âmbito da CCEE**

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Valor em litígio - Liminares (*)	12.917	12.917	12.917
Valores com a exigibilidade suspensa (**)	2.372	2.372	2.372
Total	15.289	15.289	15.289

(*) O montante de R\$ 12.917, registrado no não circulante, permanece em aberto, decorrente das liminares para suspensão de pagamento nas datas previstas de liquidação financeira das transações no âmbito da CCEE.

(**) O montante de R\$ 2.372, registrado no não circulante, referente à venda de energia efetuadas na liquidação financeira especial AES SUL (R\$ 2.031) e DFESA (R\$ 341) no âmbito da CCEE ainda encontram-se pendente de recebimento.

A Administração da Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa por entender que os valores serão integralmente recebidos, seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

c) Encargo emergencial

O encargo de aquisição emergencial vigorou temporariamente durante os meses de janeiro e fevereiro de 2004 e o encargo de capacidade emergencial foi cobrado desde março de 2002 até 22 de dezembro de 2005. A partir de 23 de dezembro de 2005 o mesmo teve sua cobrança suspensa, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 204, de 22 de dezembro de 2005.

A Companhia repassa mensalmente os valores arrecadados de inadimplência.

d) Créditos junto a clientes com ações judiciais

O montante de R\$ 63.303 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 61.215 em 31 de dezembro de 2011 e R\$ 66.537 em 1 de janeiro de 2011) refere-se a créditos junto a clientes com ações judiciais. Este montante inclui R\$ 26.774 (R\$ 21.762 em 31 de dezembro de 2011 e R\$ 24.103 em 1 de janeiro de 2011) relativos às contas a receber de diversos consumidores que questionam a legalidade e pleiteiam a restituição de valores envolvidos na majoração da tarifa de energia elétrica, ocorrida na vigência do Plano Cruzado.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

6. Consumidores, concessionários e permissionários--Continuação

d) Créditos junto a clientes com ações judiciais--Continuação

Esses consumidores obtiveram, por meio de medidas judiciais, o direito de compensar os créditos pleiteados com as faturas de energia elétrica, sem, contudo, terem o mérito da questão transitado em julgado. A Companhia mantém provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 52.812 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 49.458 em 2011 e R\$ 46.930 em 1 de janeiro de 2011), julgado suficiente para cobrir eventuais perdas em relação a essas ações.

e) Parcelamento de débitos

Os parcelamentos de débitos correspondem a contratos firmados entre a Companhia e seus clientes para a renegociação de contas de energia em atraso. Esses valores são cobrados nas contas de energia, com multa e juros de 1% a.m. calculados pro-rata e correção monetária com base na variação do IGPM. Após referida atualização montante a ser parcelado, retirando a parcela da entrada, se houver, é aplicado os juros do parcelamento acordado na negociação sendo esse no máximo de 1,8% a.m. O prazo médio de faturamento é de 43 dias.

f) Fornecimento não faturado

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês. O saldo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 133.754 (R\$ 119.210 em 31 de dezembro de 2011 e R\$ 109.913 em 1 de janeiro de 2011).

7. Consumidores de baixa renda

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceu as diretrizes para enquadramento na subclasse residencial baixa renda, da unidade consumidora com consumo mensal inferior a 80kWh, tendo o Decreto nº 4.336, de 15 de agosto de 2002, ampliado a regulamentação de enquadramento, para unidades consumidoras com consumo mensal entre 80 e 220 kWh, também segundo diretrizes da própria Lei nº 10.438/02.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

7. Consumidores de baixa renda--Continuação

Com o advento da Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, regulamentada pela Resolução Normativa ANEEL nº 407/2010, e posteriormente pela Resolução Normativa ANEEL nº 414/2010, foram estabelecidos os novos critérios para o recebimento da Tarifa Social de Energia Elétrica pelos consumidores de baixa renda. De acordo com a nova regulamentação, não há mais qualquer critério de enquadramento por consumo, podendo obter o subsídio de baixa renda apenas aqueles que estejam cadastrados nos Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), ou consumidores que recebam o Benefício de Prestação Continuada - BPC.

Com base nas Resoluções Normativas ANEEL nº 407/2010 e nº 414/2010, fica estabelecido que a Eletrobras repassará mensalmente às distribuidoras o montante de subvenção para recompor os descontos concedidos aos consumidores de baixa renda enquadrados nos critérios das antigas Resoluções normativas ANEEL nº 246/2002 e nº 485/2004, subvenção essa advinda da conta de desenvolvimento energético - CDE. Em virtude dos critérios estabelecidos pelas resoluções mencionadas e calendário de recadastramento dos clientes que tem direito a receber o benefício, o saldo a receber em 31 de dezembro 2012 é R\$ 50.191 (R\$ 26.551 em 31 de dezembro de 2011, e R\$ 40.008 em 1 de janeiro de 2011), relativo às subvenções dos meses de novembro e dezembro de 2012, como também o saldo de R\$ 12.920 (R\$ 38.760 conforme a resolução homologatória nº 1.301, de 26 de junho de 2012), referentes aos recursos da CDE que a Eletrobras deverá repassar em duodécimos até o dia 10 de cada mês, relativo ao ajuste compensatório correspondente à reversão da "Previsão Subsídio Baixa Renda" concedida anteriormente e sua substituição pelos respectivos valores definitivos do subsídio.

A referida subvenção é calculada mensalmente pela distribuidora e submetida à ANEEL para aprovação e homologação através de Despacho, após o qual ocorre o repasse.

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

8. Tributos a compensar

	31/12/2012		31/12/2011		01/01/2011	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Imposto de renda e contribuição social	16.069	-	13.957	-	8.802	-
ICMS	26.868	23.877	25.346	42.824	24.789	56.334
ICMS parcelamento	10.485	571	8.520	2.536	5.571	5.485
PIS e COFINS	2.635	-	2.785	-	3.031	-
Outros tributos	690	-	810	-	974	-
Total de tributos a compensar	56.747	24.448	51.418	45.360	43.167	61.819

O montante de imposto de renda a compensar refere-se –a retenções de IRRF sobre aplicações financeiras, a retenções de órgãos públicos (Lei nº 9.430/96) e o saldo do imposto de renda antecipado relativo aos anos calendários de 2006 a 2009.

O saldo de contribuição social a compensar refere-se ao valor do saldo da CSLL antecipado relativo aos anos calendários de 2006 e 2007, além de valores retidos por órgãos públicos, conforme Lei nº 9.430/96.

O saldo de ICMS refere-se basicamente aos créditos vinculados à aquisição de bens do ativo permanente (conforme conceito estabelecido na legislação fiscal), os quais estão sendo compensados mensalmente à razão de 1/48 avos.

O saldo de ICMS parcelamento ativo refere-se principalmente ao crédito de diferencial de alíquota do ativo imobilizado, objeto dos Autos de Infração nºs 2008.03699-4, 2007.01902-8 e 2006.25755-6 e da Confissão Espontânea de Débito conforme protocolo nº 096.40949-5, cujos montantes somam R\$ 11.056 e foram incluídos no parcelamento previsto no “REFIS do Ceará - 2009” através do Termo de Concessão nº 197588 e conforme Nota 17.

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

9. Cauções e depósitos

Instituição	Tipo de aplicação	31/12/2012		31/12/2011		01/01/2011	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
BNB FI Curto Prazo	Fundo de investimento	-	-	-	54	-	51
Bradesco Premium		-	-	-	18.560	-	16.838
Itaú-Unibanco Previdência	Fundo de investimento	-	-	-	39	-	36
Itaú-Unibanco TOP DI	Fundo de investimento	21.314	-	26.678	-	-	-
Bradesco Firenze	Fundo de investimento	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil	Fundo de investimento	-	-	-	-	17.408	-
Bradesco	CDB	-	104	-	98	-	245
Itaú	CDB	-	575	-	539	-	497
Banco do Brasil	CDB	-	9.004	-	8.321	-	7.457
BNB	CDB	-	18.804	-	17.359	-	-
Banco do Brasil	Título do Tesouro EUA	-	4.442	-	2.678	-	3.318
Caixa	Caução	320	-	320	-	160	-
Outros		-	20	-	20	-	20
Total		21.634	32.949	26.998	47.668	17.568	28.462

As aplicações e depósitos em garantia em 31 de dezembro de 2012 correspondem a aplicações e valores vinculados a contratos de aquisição de energia elétrica. O saldo aplicado no Itaú FI Unibanco TOP DI refere-se a recursos retidos de fornecedores, para constituição de garantias à empresa, conforme cláusulas contratuais. Os valores em garantias são aplicados em fundos de investimento de renda fixa.

10. Benefício fiscal - ágio incorporado**Ágio de incorporação da controladora**

O ágio oriundo da operação de incorporação de sua controladora Distriluz Energia Elétrica S.A., aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de 27 de setembro de 1999 está fundamentado nos resultados futuros durante o prazo de concessão e vem sendo amortizado no prazo compreendido entre a data da incorporação até 31 de dezembro de 2027, em proporções mensais a sua rentabilidade projetada, conforme determinação da Resolução nº 269, de 15 de setembro de 1999, da ANEEL, conforme demonstrado abaixo:

Ano	Fator de amortização	Ano	Fator de amortização	Ano	Fator de amortização
2013	0,03642	2020	0,01958	2027	0,1053
2014	0,03333	2021	0,01792	-	-
2015	0,03051	2022	0,01640	-	-
2016	0,02792	2023	0,01501	-	-
2017	0,02555	2024	0,01374	-	-
2018	0,02338	2025	0,01257	-	-

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

10. Benefício fiscal - ágio incorporado--Continuação

Ágio de incorporação da controladora--Continuação

Em 26 de abril de 2004, a Superintendência de Fiscalização Financeira da ANEEL emitiu Relatório de Acompanhamento de Fiscalização, alegando que a reserva de ágio formada na incorporação da sociedade Distriluz não teria por contrapartida ativos com substância econômica, e desta forma, seguindo a Instrução CVM nº 349/01, determinou que somente deveria ficar registrado em conta de patrimônio líquido da Companhia (reserva de ágio) a parcela correspondente ao benefício fiscal advindo da amortização do ágio, por entender que apenas esta parcela possui substância econômica.

Tendo em vista a conclusão dos entendimentos com Agência Nacional de energia Elétrica - ANEEL, a Companhia, para a substituição do mecanismo de Desdobramento e Resgate de Ações, após afastados os riscos de questionamentos fiscais, societários e de descumprimentos de *covenants* financeiros com instituições financeiras, e após ratificação dos devidos ajustes contábeis pela ANEEL, emitida através do Ofício nº 584/05, de 14 de abril de 2005, a Assembleia Geral Extraordinária, de 28 de abril de 2005, aprovou a proposta do Conselho de Administração da Companhia de cumprir as recomendações do Órgão Regulador.

Desta forma, as operações de desdobramentos e resgate de ações da Companhia para compensar aos acionistas pela redução do lucro decorrente da amortização do ágio, oriundo da incorporação da sociedade Distriluz, interrompidas em 2003, foram substituídas pelas disposições previstas na Instrução CVM nº 319/99, alterada pela Instrução nº 349/01, que consistem na constituição de uma provisão sobre o ágio a amortizar em contrapartida da reserva de ágio (reserva de capital) no montante que não se constitui benefício fiscal para a Companhia. Para recompor o resultado de cada exercício, será feita reversão da provisão na mesma proporção da amortização da parcela do ágio do respectivo exercício.

A Administração procedeu o recálculo do ágio considerando o momento de aquisição da Companhia para recompor os efeitos da constituição da reserva do ágio.

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
 31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)
 (Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

10. Benefício fiscal - ágio incorporado--Continuação**Ágio de incorporação da controladora--Continuação**

Em abril de 2005, foi constituída uma provisão sobre o ágio a amortizar em contrapartida da reserva de ágio (reserva de capital) no montante que não se constitui benefício fiscal para a Companhia, conforme determina a Instrução CVM nº 349/2001.

Benefício fiscal - ágio incorporado	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Ágio da incorporação	775.960	775.960	775.960
Amortização acumulada	(530.938)	(500.053)	(466.308)
Provisão sobre o ágio	(429.365)	(429.365)	(429.365)
Reversão da provisão sobre o ágio	267.401	247.017	224.745
Saldo	83.058	93.559	105.032
	-		
Circulante	9.609	10.500	11.474
Não circulante	73.449	83.059	93.558
	-		
Reserva de capital	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Ágio da incorporação	775.960	775.960	775.960
(-) Desdobramento e resgate de ações	(125.407)	(125.407)	(125.407)
Provisão sobre o ágio	(429.365)	(429.365)	(429.365)
Saldo	221.188	221.188	221.188

Com a adoção do novo procedimento, em 30 de abril de 2005, a reserva de ágio registrada no patrimônio líquido da Companhia foi reduzida em R\$ 429.365, com efeito de R\$ 242.976 para a Companhia.

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

11. Outros créditos

	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Alienação de bens e direitos	1.656	1.641	1.482
Convênios de arrecadação	8.175	6.041	4.085
Desativação em curso	-	-	2
Serviços a terceiros	5.220	5.606	12.573
Cheques devolvidos	768	788	1.210
Créditos de fornecedores	6.039	6.206	7.215
Adiantamentos a empregados	2.761	2.073	3.036
Adiantamentos a fornecedores	610	724	9.144
Aluguel	1.834	1.406	488
Bônus resíduo	1.047	802	645
Revenda de materiais	3.787	-	-
Outros	3.063	3.347	2.670
Total	34.960	28.634	42.550
Circulante	34.960	28.354	42.270
Não circulante	-	280	280

12. Tributos diferidos

A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, bem como sobre prejuízos fiscais, cuja composição e origem estão demonstrados a seguir:

	Imposto de Renda			Contribuição Social			Total		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Ativo									
Diferenças temporárias									
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	21.031	17.576	15.314	7.571	6.327	5.513	28.602	23.903	20.827
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	23.428	21.842	22.449	8.434	7.863	8.082	31.862	29.705	30.531
Provisão para obsolescência de estoque	169	1.040	1.040	61	374	374	229	1.414	1.414
Despesa diferida									
PIS/COFINS	-	773	1.209	-	278	899	-	1.051	2.108
Perda plano de pensão	28.079	9.114	3.570	10.109	3.281	1.286	38.188	12.395	4.856
Provisão ICMS	-	878	4.895	-	316	1.763	-	1.194	6.658
Provisão Multa ARCE	12.745	1.520	1.685	4.588	547	607	17.334	2.067	2.292
Outras provisões	225	2.258	3.835	81	813	1.064	306	3.071	4.899
Total	85.677	55.001	53.997	30.844	19.799	19.588	116.521	74.800	73.585

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

12. Tributos diferidos--Continuação

	Imposto de Renda			Contribuição Social			Total		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Passivo									
Diferenças temporárias									
Correção monetária especial (CME) e complementar (CMC)	911	1.088	1.019	1.687	1.923	1.894	2.598	3.011	2.913
Desreconhecimento de passivo regulatório	88.549	36.956	8.933	29.543	10.969	3.216	118.092	47.925	12.149
Atuarial - Fundo de Pensão	-	-	6.542	-	-	2.355	-	-	8.897
Ativo indenizável (concessão)	46.928	1.903	2.168	17.232	1.024	781	64.160	2.927	2.949
Total	136.388	39.947	18.662	48.462	13.916	8.246	184.850	53.863	26.908

A movimentação dos saldos referentes aos tributos diferidos está assim apresentada:

	Ativo	Passivo
Saldo em 1 de janeiro de 2011	73.585	26.908
Adições do resultado do exercício	35.073	60.174
Reduções do resultado do exercício	(33.858)	(33.219)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	74.800	53.863
Adições do resultado do exercício	15.964	142.758
Reduções do resultado do exercício	(254)	(11.771)
Outros resultados abrangentes	26.011	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	116.521	184.850

Estudos técnicos de viabilidade indicam a recuperação dos valores de imposto de renda e da contribuição social, nos parâmetros determinados pelo Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o lucro ("CPC 32"), os quais correspondem às melhores estimativas da Administração, cuja expectativa de realização de créditos fiscais está apresentada a seguir:

Ano de realização	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
2011	-	-	17.427
2012	-	13.346	6.490
2013	14.212	5.673	6.490
2014	8.310	5.673	6.490
2015	4.242	5.673	6.489
2016	5.504	5.673	6.489
2017 a 2019	19.309	11.346	6.489
2020 a 2022	64.944	27.416	17.220
Total	116.521	74.800	73.585

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
 31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)
 (Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

12. Tributos diferidos--Continuação

As projeções utilizadas para estabelecer o prazo de realização estão sujeitas a alterações periódicas.

13. Depósitos vinculados a litígios

	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Trabalhistas	14.192	26.747	26.773
Cíveis	21.210	14.180	7.503
Fiscais	9.621	5.149	3.295
Total	45.023	46.076	37.571

14. Ativo indenizável (concessão)

O Contrato de Concessão de Distribuição nº 01/98 - ANEEL, de 13 de maio de 1998 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a COELCE (Concessionária - Operador), respectivamente, regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

- ▶ O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- ▶ O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

14. Ativo indenizável (concessão)--Continuação

- ▶ Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- ▶ O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da ICPC 01 (R1) e do OCPC 05, os quais fornecem orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição, que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

A Lei nº12.783/13, dentre outras deliberações, determinou que a indenização a ser paga pelo poder concedente pela reversão dos bens atrelados ao serviço público de distribuição de energia será baseada no VNR não amortizado até o término da concessão.

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

14. Ativo indenizável (concessão)--Continuação

Considerando a natureza prospectiva do referido assunto, decorrente de novo posicionamento por parte do órgão regulador imposto pela Lei nº12.783/13, a Administração da Companhia procedeu ao recálculo do ativo indenizável levando em consideração o VNR dos bens ao final da concessão. O efeito da atualização do cálculo ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi reconhecido em contrapartida ao resultado do exercício na rubrica de resultado financeiro no montante de R\$ 180.107.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (concessão) está assim apresentada:

Saldo em 1 de janeiro de 2011	110.875
Transferências do ativo intangível	84.495
Receitas financeiras - ativo indenizável	8.610
Saldo em 31 de dezembro de 2011	203.980
Transferências do ativo intangível	222.469
Receitas financeiras - ativo indenizável	180.107
Saldo em 31 de dezembro de 2012	606. 556

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

15. Intangível

O intangível, por natureza, está constituído da seguinte forma:

	31/12/2012			31/12/2011	01/01/2011
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Direito de uso da concessão	3.613.070	(1.540.344)	(617.553)	1.666.057	1.602.993
Software	74.632	(68.045)	-	5.057	6.665
Em curso					
Direito de uso da concessão	406.839	-	(196.715)	170.369	287.823
Software	23.244	-	-	20.871	12.113
Total	4.117.785	(1.608.389)	(814.268)	1.862.354	1.909.594

O ativo intangível em curso refere-se, substancialmente, a obras de expansão do sistema de distribuição de energia elétrica.

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

15. Intangível--Continuação

A movimentação dos saldos do intangível está demonstrada a seguir:

	Em serviço				Em curso			
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2011	3.556.669	(1.345.136)	(656.220)	1.555.313	390.501	(36.220)	354.281	1.909.594
Adições	-	-	-	-	291.259	(120.755)	170.504	170.504
Baixas	(32.586)	26.631	-	(5.955)	-	-	-	(5.955)
Amortização	-	(160.504)	33.210	(127.294)	-	-	-	(127.294)
Transferências	343.693	-	(10.148)	333.545	(343.693)	10.148	(333.545)	-
Transferências para o ativo indenizável	(84.495)	-	-	(84.495)	-	-	-	(84.495)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	3.783.281	(1.479.009)	(633.158)	1.671.114	338.067	(146.827)	191.240	1.862.354
Adições	-	-	-	-	233.436	(64.347)	169.089	169.089
Baixas	(14.529)	10.566	-	(3.963)	-	-	-	(3.963)
Amortização	-	(139.947)	30.064	(109.883)	-	-	-	(109.883)
Transferências	141.419	-	(14.459)	126.960	(141.419)	14.459	(126.960)	-
Transferências para o ativo indenizável	(222.469)	-	-	(222.469)	-	-	-	(222.469)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	3.687.702	(1.608.390)	(617.553)	1.461.759	430.084	(196.715)	233.369	1.695.128

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens do setor elétrico.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

A Resolução Normativa ANEEL nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 1 de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil-econômica dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

15. Intangível--Continuação

Anteriormente à edição desta resolução, a vida útil média do conjunto de ativos da Companhia era em torno de 22 anos, e passou a ser em torno de 27 anos (o que corresponde ao acréscimo de 5 anos em relação à vida útil econômica média anterior).

Considerando esse aumento da vida útil, houve uma diminuição da amortização e o consequente aumento da parcela residual da infraestrutura que a Companhia espera receber como indenização ao final do período da Concessão. Como consequência, houve uma redistribuição da infraestrutura que é classificada no ativo intangível e no ativo financeiro, em decorrência da adoção da ICPC 01 (R1) e da OCPC05.

A Companhia realizou os cálculos para determinar a nova estimativa de valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da Concessão e do montante atribuível ao ativo intangível. Considerando os aspectos econômicos, regulatórios e o melhor entendimento técnico-contábil, essa remensuração da infraestrutura resultou, até 31 de dezembro de 2012, na reclassificação de R\$ 222.469 da conta de ativo intangível para o ativo indenizável, sem alterar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção da ICPC01 e da OCPC05.

Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

As obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na atividade de distribuição. Em conformidade com o ofício nº 1.314/2007-SFF/ANEEL, de 27 de junho de 2007, que determina que tal registro seja iniciado somente a partir da segunda revisão tarifária da Companhia, a amortização começou a ser registrada em abril de 2009, haja vista que a referida revisão foi realizada em março de 2009.

As obrigações vinculadas à concessão estão sendo amortizadas, desde o 2º ciclo, às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, com base em uma taxa média de 4,46%.

Ao final da concessão, o valor residual das obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica será deduzido do ativo financeiro de indenização e retirado do seu ativo, de forma que fique evidente a contabilização dos ativos pertencentes à União, que ficaram, durante o contrato de concessão, sob administração da concessionária.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

15. Intangível--Continuação

Programa de universalização

Em 26 de abril de 2002, foi sancionada a Lei Federal nº 10.438 que dispõe acerca de diversos temas importantes para o setor de energia elétrica, tais como a criação do PROINFA, a CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) e discorre, ainda, sobre a universalização do serviço público de distribuição de energia elétrica e estabelece que seu atendimento seja regulamentado por Resoluções editadas pela ANEEL.

Em 29 de abril de 2003, foi editada a Resolução ANEEL nº 223, que estabelece as condições gerais para elaboração do plano de universalização de energia elétrica e que foi alterada pela Resolução normativa 368/2009, acrescentando o Art. 18-B que trata das condições de antecipação de obras com recursos aportados pelo consumidor, visando ao atendimento de novas unidades consumidoras ou aumento de carga, sem ônus para os interessados. Pela Resolução, a Companhia tinha o ano de 2013, como limite para que atendesse todas as solicitações de pedidos de ligação com extensão de rede, sendo elaborado um cronograma anual por município. Com a criação do Programa Luz Para Todos, a Companhia optou por antecipar as metas de universalização.

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ativos intangíveis utilizando o conceito do Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos ("CPC 01").

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

16. Fornecedores

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>01/01/2011</u>
Suprimento e transporte de energia			
Geradoras - Energia Livre	5.177	4.771	4.114
Cia Hidroelétrica do São Francisco - Chesf	11.573	11.384	13.982
Furnas Centrais Elétricas S.A.	18.061	13.008	17.708
Companhia Energética de São Paulo- CESP	7.989	5.754	7.441
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE	5.222	4.437	5.888
Copel Geração S.A- COPEL	4.800	3.349	4.269
CEMIG - Geração e Transmissão S.A	4.947	3.831	5.053
Duke Energy Inter. Ger. Parapanema	1.627	1.182	1.541
CEEE - Companhia Estadual de Energia Elétrica	1.146	1.069	1.363
Tractebel Energia S. A.	3.033	2.438	3.579
Encargo de Uso da Rede	14.759	-	-
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	3.567	-
Contratos por disponibilidade/quantidade	64.433	18.607	12.482
Outros fornecedores	18.224	20.007	20.719
Materiais e serviços	55.505	91.258	152.695
Total	216.496	184.662	250.834
Circulante	211.319	179.891	246.720
Não circulante	5.177	4.771	4.114

17. Obrigações fiscais

	<u>31/12/2012</u>			<u>31/12/2011</u>			<u>01/01/2011</u>		
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL	6.472	-	6.472	-	-	-	-	-	-
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	61.829	-	61.829	89.148	-	89.148	78.463	-	78.463
REFIS - Parcelamento ICMS	2.594	-	2.594	3.830	2.474	6.304	3.842	6.182	10.024
REFIS IV - Federal (Previdenciário)	1.588	17.208	18.796	1.650	19.530	21.180	17.011	-	17.011
CSLL	-	-	-	-	-	-	3.656	-	3.656
IRPJ	-	-	-	-	-	-	442	-	442
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	12.107	-	12.107	13.307	-	13.307	11.849	-	11.849
Programa de integração social - PIS	2.629	-	2.629	2.890	-	2.890	2.827	-	2.827
Imposto sobre serviços - ISS	2.284	-	2.284	3.031	-	3.031	4.258	-	4.258
PIS/COFINS/IRRF/CSRF (Retidos na Fonte)	1.260	-	1.260	1.914	-	1.914	1.552	-	1.552
Outros tributos e contribuições	4.371	-	4.371	7.538	-	7.538	3.069	-	3.069
Total	95.134	17.208	112.342	123.308	22.004	145.312	126.969	6.182	133.151

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

17. Obrigações fiscais--Continuação

A movimentação dos saldos de parcelamento especial está demonstrada a seguir:

	31/12/2012			31/12/2011		
	REFIS	REFERJ	Total	REFIS	REFERJ	Total
Saldo inicial	21.180	6.304	27.484	17.010	10.024	27.034
(-) Pagamentos	(3.649)	(4.712)	(8.361)	(1.020)	(4.465)	(5.485)
(+) Atualização	1.265	1.002	2.268	5.190	745	5.935
Saldo final	18.796	2.594	21.390	21.180	6.304	27.484
Circulante	1.588	2.594	4.182	1.650	3.830	5.480
Não circulante	17.208	-	17.208	19.530	2.474	22.004
Total do passivo	18.796	2.594	21.390	21.180	6.304	27.484

Em 30 de novembro de 2009, a Companhia optou pelo parcelamento de débitos instituído pela Lei nº 11.941/2009 ("REFIS IV"), na modalidade "Débitos Administrados pela RFB - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Previdenciários", sendo providenciado o pagamento da 1ª parcela na mesma data.

Foram somente débitos previdenciários, tanto os controlados nos Autos de Infração nºs 35.863.572-1, 35.863.573-0 e nas NFLDs nºs 35.784.931-0, 35.784.934-5, 35.784.936-1, 35.784.937-0, 35.784.939-6, 35.784.940-0, 35.784.943-4, 35.784.944-2, 35.784.947-7, 35.784.949-3, 35.784.950-7, 35.784.933-7, 35.784.935-3, 35.784.938-8, 35.784.941-8, 35.784.942-6, 35.784.945-0 e 35.784.948-5, bem como valores espontaneamente confessados a título de "Contribuição ao INCRA" de fevereiro de 2005 a outubro de 2008. O montante total da dívida desses processos administrativos e débito espontaneamente confessado, incluídos no "REFIS IV", perfaziam originalmente o valor de R\$ 33.129. Tal valor foi alterado pelos seguintes motivos:

- Ao se aplicar o prazo decadencial do lançamento de contribuições previdenciárias (Súmula Vinculante do STF nº 08 c/c art. 103-A da Constituição Federal de 1988, arts. 100, I e 150, §4º do CTN e Parecer Normativo PGFN/CAT nº 1.617/2008), o montante foi reduzido para R\$ 24.237 (principal de R\$ 10.727, multas de R\$ 2.633 e juros de R\$ 10.877);
- Em sequência, ao se aplicar os benefícios do "REFIS IV" para a modalidade de "pagamento em 30 (trinta) parcelas", o montante foi reduzido para R\$ 17.566, sendo de principal R\$ 10.727, multas de R\$ 313 e juros de R\$ 6.526;
- Decisões exaradas na via administrativa, de modo que o montante foi reduzido para R\$ 17.436, sendo de principal R\$ 10.702, multas de R\$ 312 e juros de R\$ 6.421.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

17. Obrigações fiscais--Continuação

As parcelas mensais do parcelamento são contadas desde 30 de novembro de 2009, vencendo a cada último dia útil do mês-calendário e sofrem correção pela Taxa SELIC acumulada desde novembro de 2009.

Nesses termos, conforme previsão legal, em 30 de junho de 2011, consolidou-se o "REFIS IV" e optou-se pela modalidade de pagamento do débito em 180 meses. Em decorrência dessa opção, o valor consolidado total passou de R\$ 17.436 para R\$ 19.817. O saldo do parcelamento em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 18.796, sendo R\$ 1.588 registrados no passivo circulante e R\$ 17.208 no não circulante.

Ressalte-se que conforme a Lei nº 11.941/2009 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 02/2011, é possível a antecipação total do saldo do valor parcelado, aplicando-lhe os benefícios adicionais da modalidade de pagamento "à vista", o que implicaria em adicional redução do montante total da dívida.

Por fim, a Lei nº 11.941/2009 impõe como condição essencial para a manutenção da opção pelo "REFIS IV" somente o pagamento regular das parcelas do próprio parcelamento (máximo atraso de duas parcelas vencidas no seu curso ou de uma parcela vencida quando pagas todas as demais), não havendo conhecimento de qualquer risco iminente de perda desse regime especial de pagamento.

Em 31 de dezembro de 2009 a concessionária protocolou junto à Secretaria da Fazenda Estadual o seu "pedido de opção" pelo "REFIS do Ceará - 2009" de acordo com a Lei nº 14.505 de 18 de Novembro de 2009, conforme protocolo nº 096.40951-7 e Termo de Concessão nº 197588.

O montante da dívida incluída no REFIS-CE foi de R\$ 57.121, sendo de principal R\$ 13.933, multa de R\$ 12.807 e juros de R\$ 30.381, proveniente de débitos fiscais junto a Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará - SEFAZ. Com a anistia, o montante total da dívida passou a ser de R\$ 14.048, sendo de principal R\$ 13.933, multa de R\$ 48 e juros de R\$ 67. Foi realizado o pagamento à vista no valor de R\$ 138, referente ao pedido de pagamento parcial dos Autos de Infração nºs 2006.25711-6 e 2005.21894-3 conforme protocolo nº 096.40951-7. Para os demais valores foi concedido o parcelamento através do Termo de Concessão nº 197588 a ser amortizado em 45 parcelas mensais e sucessivas com os devidos acréscimos previstos na referida lei e com vencimento da primeira parcela em 30 de dezembro de 2009 e as demais a cada 30 dias devidamente corrigidas pelo IPCA - Índice de Preço ao Consumidor. Desses R\$ 14.048, R\$ 11.056 é matéria de crédito conforme Nota 8.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

18. Empréstimos e financiamentos

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e nacional são:

	31/12/2012			31/12/2011			01/01/2011		
	Principal		Não circulantes	Principal		Não circulantes	Principal		Não circulantes
	Encargos	Circulantes		Encargos	Circulantes		Encargos	Circulantes	
Moeda estrangeira									
União Federal - Bônus de Capitalização (i)	7	284	142	11	261	391	14	232	579
União Federal - Bônus de Desconto (i)	8	-	2.332	7	-	2.141	6	-	1.901
União Federal - Bônus de Conversão da Dívida (i)	-	-	-	1	146	-	1	259	130
União Federal - Bônus ao Par (i)	44	-	3.342	40	-	3.067	36	-	2.725
Banco Europeu de Investimentos (ii)	-	-	-	661	15.632	-	828	13.885	13.885
Total moeda estrangeira	59	284	5.816	720	16.039	5.599	885	14.376	19.220
Moeda nacional									
Eletrobrás (iii)	15	13.338	74.858	17	15.647	83.477	16	16.487	72.961
União Federal - Lei 8.727 (Caixa Econômica Federal) (iv)	3	287	76	5	259	362	7	231	613
União Federal - Lei 8.727 (Eletrobras) (iv)	114	11.008	2.931	183	9.308	13.040	237	7.949	21.101
Banco do Brasil (BB Fat Fomentar)	10	5.343	891	18	5.048	5.889	24	4.758	10.310
Banco do Nordeste - FNE (v)	455	33.667	151.574	299	30.369	132.179	149	27.539	109.423
BNDES Finem 2007 (Sindicalizado) (vi)	337	49.106	49.106	605	49.105	98.212	810	49.105	147.318
BNDES PEC (vii)	9	2.328	-	147	27.936	2.327	5.582	22.917	27.083
Total moeda nacional	943	115.077	279.436	1.274	137.672	335.486	6.825	128.986	388.809
Custos de transação	-	(285)	(193)	-	(364)	(476)	-	(364)	(841)
Total moeda nacional líquido dos custos de transação	943	114.792	279.243	1.274	137.308	335.010	6.825	128.622	387.968
Total sem efeito do Swap	1.002	115.076	285.059	1.994	153.347	340.609	7.710	142.998	407.188
Resultado das operações de Swap	-	-	-	-	10.819	-	-	11.429	10.182
Total de empréstimos e financiamentos	1.002	115.076	285.059	1.994	164.166	340.609	7.710	154.427	417.370

	Início	Vencimento	Tipo de amortização	Garantias	Encargos financeiros
Moeda estrangeira					
União Federal - Bônus de Capitalização (i)	15/08/1997	10/04/2014	Semestral	Recebíveis e conta reserva	USD + 8,2% a.a.
União Federal - Bônus de Desconto (i)	15/08/1997	11/04/2024	Ao Final	Recebíveis e conta reserva	USD + Libor + 1,0125% a.a.
União Federal - Bônus de Conversão da Dívida (i)	15/08/1997	12/04/2012	Semestral	Recebíveis e conta reserva	USD + Libor + 1,075% a.a.
União Federal - Bônus ao Par (i)	15/08/1997	11/04/2024	Ao Final	Recebíveis e conta reserva	USD + 6,2% a.a.
Banco Europeu de Investimentos (ii)	28/05/2002	15/06/2012	Anual	Fiança bancária	USD + 5,49% a.a.
Moeda nacional					
Eletrobras (iii)	03/03/2000	30/09/2023	Mensal	Recebíveis e nota promissória	6,95% a.a.
União Federal - Lei 8.727 (Caixa Econômica Federal) (iv)	30/06/1994	01/03/2014	Mensal	Recebíveis	TR + 10,028% a.a.
União Federal - Lei 8.727 (Eletrobras) (iv)	30/06/1994	01/03/2014	Mensal	Recebíveis	IGPM + 10,028% a.a.
Banco do Brasil (BB Fat Fomentar)	23/01/2007	18/02/2014	Mensal	Fiança bancária	TJLP + 4,5% a.a.
Banco do Nordeste - FNE (v)	29/12/2004	15/03/2019	Mensal	Fiança bancária e conta Reserva	10% a.a.
BNDES Finem 2007 (Sindicalizado) (vi)	28/04/2008	15/12/2014	Mensal	Recebíveis e conta reserva	TJLP + 3,7% a.a.
BNDES PEC (vii)	15/01/2010	15/01/2013	Mensal	-	TJLP + 5,5% a.a.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

18. Empréstimos e financiamentos--Continuação

- (i) União Federal (Agente financeiro: Banco do Brasil) - dívida de médio e longo prazo (DMLPs) - Confissão de dívida a União Federal em 15 de agosto de 1997. O contrato está dividido em 7 (sete) subcréditos (três deles já liquidados), remunerados a base de variação cambial (dólares norte-americanos).
- (ii) Banco Europeu de Investimentos - (BEI) - Financiamento para o plano de investimentos 2001/2002 da Companhia, contratado em 28 de maio de 2002 conforme Acordo de Cooperação Decreto-Lei nº 1609/95. A operação foi liquidada em 15 de Junho 2012.
- (iii) Eletrobras - Empréstimo contratado para cobertura financeira dos custos diretos das obras do programa de eletrificação rural, que integra o programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica - Luz Para Todos, do Ministério das Minas e Energia - MME, com recursos originários da RGR e CDE.
- (iv) União Federal - Lei 8.727- Cessão de crédito, que fez a Eletrobras e a Caixa Econômica Federal à União Federal.
- (v) Banco do Nordeste do Brasil - Programa de incentivo as fontes alternativas de energia (Proinfra) - A Companhia celebrou contrato com o Banco do Nordeste do Brasil para o financiamento de inversões fixas, através de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)/Proinfra.
- (vi) BNDES FINEM: Financiamento para o plano de investimento 2007/2009 da Companhia contratado em 28 de abril de 2008, no montante total de R\$ 330.000, junto ao sindicato liderado pelo Unibanco, com repasse de recursos do BNDES.
- (vii) BNDES PEC: Empréstimo captado devido à necessidade de capital de giro da Companhia.

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

18. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Na operação de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, contratado em 2008, a Companhia comprometeu-se a cumprir certas obrigações, durante a vigência do contrato, as quais foram adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2012, quais sejam:

Obrigações Especiais Financeiras	Banco	Índice
Dívida (com swap e fornecedores) / ativo total (máximo)	BEI	0,7
LAJIDA/Encargos da dívida (mínimo)	BEI	3,0
Endividamento financeiro líquido/LAJIDA (máximo)	BNDES/FINEM	3,5
Endividamento financeiro líquido/endividamento financeiro líquido + Patrimônio líquido (máximo)	BNDES/FINEM	0,6

O principal dos empréstimos e financiamentos a longo prazo, excluindo os efeitos dos custos de transação, tem sua curva de amortização distribuída da seguinte forma:

	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
2012	-	-	146.951
2013	-	114.215	110.961
2014	125.205	116.518	105.704
2015	31.992	20.889	7.634
2016	31.719	20.616	7.362
2017	30.901	19.798	29.417
2018	30.309	19.205	-
Após 2018	35.126	29.844	-
	285.252	341.085	408.029

Composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador (sem os efeitos de custos de transação):

Moeda (equivalente em R\$) / indexador	31/12/2012	%	31/12/2011	%	01/01/2011	%
Moeda estrangeira						
Dólares norte-americano	6.159	100,00	22.358	100,00	34.481	100,00
Moeda nacional						
IGP-M	14.053	3,55	22.531	4,75	29.287	5,58
TJLP	107.130	27,09	189.287	39,90	267.907	51,07
RGR	88.211	22,31	99.141	20,90	89.464	17,05
TR	366	0,09	626	0,13	851	0,16
R\$ Fixo	185.696	46,96	162.847	34,32	137.111	26,14
	395.456	100,00	474.432	100,00	524.620	100,00
Total moeda nacional	401.615		496.790		559.101	

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
 31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)
 (Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

18. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Os saldos em moeda estrangeira detidos pela Companhia referem-se aos contratos de DMLP - dívida de médio e longo prazo, contratados junto com a União Federal, tendo o Banco do Brasil S.A. como agente financeiro. Embora sua exposição cambial não seja anulada por instrumentos de *hedge*, o percentual desprotegido está dentro do limite estipulado na política de riscos financeiros da Companhia, representando apenas 1,54% da dívida total, na posição de 31 de dezembro de 2012.

Variação das moedas/indexadores da dívida acumulados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011:

Moeda/indexador	31/12/2012	31/12/2011
Dólar norte-americano	8,94%	12,58%
INPC	6,20%	6,08%
IPCA	5,84%	6,50%
IGP-M	7,82%	5,10%
TJLP	5,75%	6,00%
CDI	8,40%	11,64%
TR	0,29%	1,21%
Libor	0,69%	0,47%

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

18. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Mutação de empréstimos e financiamentos sem os efeitos dos custos de captação:

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Saldo em 1 de janeiro de 2011	135.811	388.809	26.690	29.402
Captações	4.155	79.416	-	-
Encargos provisionados	42.730	-	1.552	-
Encargos pagos	(42.410)	-	(10.065)	-
Variação monetária e cambial	-	2.327	-	1.739
Transferências	135.066	(135.066)	26.408	(26.408)
Resultado Swap	-	-	1.771	867
Amortizações	(136.406)	-	(18.778)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	138.946	335.486	27.578	5.600
Captações	-	57.594	-	-
Encargos provisionados	33.607	-	468	-
Encargos pagos	(33.941)	-	(9.897)	-
Variação monetária e cambial	-	1.714	-	2.190
Transferências	115.358	(115.358)	1.974	(1.974)
Resultado Swap	-	-	(731)	-
Amortizações	(137.950)	-	(19.049)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	116.020	279.436	343	5.816

19. Debêntures

	31/12/2012			31/12/2011			01/01/2011		
	Principal			Principal			Principal		
	Encargos	Circulantes	Não circulantes	Encargos	Circulantes	Não circulantes	Encargos	Circulantes	Não circulantes
1ª Série 2ª Emissão	-	-	-	-	-	-	4.757	90.500	-
2ª Série 2ª Emissão	4.175	62.214	62.214	5.985	58.937	117.875	5.671	-	166.086
1ª Série 3ª Emissão	1.679	-	104.000	2.517	-	104.000	-	-	-
2ª Série 3ª Emissão	4.353	-	316.280	4.124	-	299.580	-	-	-
(-) Custo de transação	-	(1.069)	(1.849)	-	(1.423)	(2.918)	-	(1.597)	(2.015)
Total sem efeito de swap	10.207	61.145	480.645	12.626	57.514	518.537	10.428	88.903	164.071
Resultado das operações de swap	-	187	450	-	-	-	-	-	-
Total de debêntures	10.207	61.332	481.095	12.626	57.514	518.537	10.428	88.903	164.071

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

19. Debêntures--Continuação

Mutação de debêntures:

	Circulante	Não circulante
Em 1 de janeiro de 2011	99.331	164.071
Captação	-	400.000
Correção monetária	-	14.307
Amortizações	(90.500)	-
Transferências	58.938	(58.938)
Encargos provisionados	25.872	-
Encargos Pagos	(23.675)	-
Custo de Transação	(494)	(1.894)
Transferência custo de transação	(991)	991
Apropriação custo de transação	1.659	-
31 de dezembro de 2011	70.140	518.537
Captação	-	-
Correção monetária	-	24.765
Amortizações	(60.449)	-
Transferências	63.726	(63.726)
Encargos provisionados	42.922	-
Encargos Pagos	(45.340)	-
Transferência custo de transação	(1.069)	1.069
Apropriação custo de transação	1.423	-
Resultado das operações de Swap	186	450
31 de dezembro de 2012	71.539	481.095

Características das emissões:

Características	2ª emissão - 1ª Série	2ª emissão - 2ª Série
Convertibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	9.050 debêntures simples	15.450 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
Data de emissão	15 de julho de 2009	15 de julho de 2009
Vencimento inicial	15 de julho de 2011	15 de julho de 2012
Vencimento final	15 de julho de 2011	15 de julho de 2014
Atualização monetária	Sem atualização	IPCA
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	CDI+0,95%a.a.	7,5%a.a.
Exigibilidade de juros	Semestral	Anual
Amortizações	Parcela única	Em três parcelas anuais
Data das amortizações	2011	2012, 2013 e 2014

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

19. Debêntures--Continuação

Características	3ª emissão - 1ª Série	3ª emissão - 2ª Série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	10.400 debêntures simples	29.600 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
Data de emissão	15 de outubro de 2011	15 de outubro de 2011
Vencimento inicial	15 de outubro de 2015	15 de outubro de 2016
Vencimento final	15 de outubro de 2016	15 de outubro de 2018
Atualização monetária	Sem atualização	IPCA
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	CDI+0,97%aa	6,85%aa
Exigibilidade de juros	Semestral	Anual
Amortizações	Em duas parcelas Anuais	Em três parcelas anuais
Data das amortizações	2015 e 2016	2016, 2017 e 2018

2ª Emissão

A emissão foi realizada em 15 de julho de 2009, com 24.500 (vinte e quatro mil e quinhentas) debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, em duas séries, com valor nominal unitário de R\$ 10 na data de emissão, no montante total de R\$ 245.000, colocadas através de oferta pública de distribuição.

A primeira série foi emitida com 9.050 (nove mil e cinquenta) debêntures, sem correção monetária, com remuneração em CDI mais 0,95% a.a., exigíveis semestralmente e amortização única ao final do segundo ano, realizada em 15 de julho de 2011.

A segunda série foi emitida com 15.450 (quinze mil quatrocentos e cinquenta) debêntures, com correção monetária pela variação do IPCA, com remuneração de 7,5% a.a., exigíveis anualmente e amortizadas em 03 (três) parcelas anuais em 15 de julho de 2012, 15 de julho de 2013 e 15 de julho de 2014.

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas Informações trimestrais. Até 31 de dezembro de 2012, a Companhia vem cumprindo com a manutenção dos referidos índices, na avaliação de sua Administração.

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

19. Debêntures--Continuação**3ª Emissão**

A 3ª emissão de debêntures foi realizada em 15 de outubro de 2011, com 40.000 (quarenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, em duas séries, com valor nominal unitário de R\$ 10 na data de emissão, no montante total de R\$ 400.000, colocadas através de oferta pública de distribuição.

A primeira série foi emitida com 10.400 (dez mil e quatrocentos) debêntures, sem correção monetária, com remuneração em CDI mais 0,97% a.a., exigíveis semestralmente e amortizadas em 02 (duas) parcelas anuais em 15 de outubro de 2015 e 2016.

A segunda série foi emitida com 29.600 (vinte e nove mil e seiscentos) debêntures, com correção monetária pela variação do IPCA, com remuneração de 6,85% a.a., exigíveis anualmente e amortizadas em 03 (três) parcelas anuais em 15 de outubro de 2016, 2017 e 2018.

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas Informações trimestrais. Em 31 dezembro de 2012, a Companhia cumpriu com a manutenção dos referidos índices, na avaliação de sua Administração.

Obrigações especiais financeiras	Índice
Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	2,50
EBITDA/Despesa financeira líquida (mínimo)	2,75

Curva de amortização do longo prazo das debêntures:

	2014	2015	2016	2017	Após 2017	Total
2ª série - 2ª emissão	62.214	-	-	-	-	62.214
1ª série - 3ª emissão	-	52.000	52.000	-	-	104.000
2ª série - 3ª emissão	-	-	105.417	105.417	105.446	316.280
(-) Custo de transação	(651)	(377)	(357)	(253)	(211)	(1.849)
Total a amortizar	61.563	51.623	157.060	105.164	105.235	480.645

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

20. Partes relacionadas

A Companhia mantém operações com partes relacionadas que pertencem ao mesmo grupo econômico, cujos montantes, natureza das transações e efeitos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012, 2011 e em 1 de janeiro de 2011 estão demonstrados a seguir:

Empresas	Ref	Natureza da operação	30/12/2012					31/12/2011					01/01/2011				
			Passivo circulante	Passivo não circulante	Despesa	financeira	Intangível	Passivo circulante	Passivo não circulante	Despesa	financeira	Intangível	Passivo circulante	Passivo não circulante	Despesa	financeira	Intangível
Endesa Fortaleza - CGTF	(a.1)	Compra de energia	73.704	-	467.286	9.462	-	69.428	-	469.523	967	-	101.644	2.710	479.547	1.765	-
Endesa Cachoeira - CDSA	(a.2)	Compra de energia	468	-	3.840	-	-	453	-	3.801	-	-	181	-	3.641	-	-
Companhia de Interconexão Energética - CIEN		Encargo de uso	297	-	2.597	-	-	259	-	1.672	-	-	-	-	-	-	-
Fundação Coelce de Seguridade Social-FAELCE	(b.1)	Confissão de dívida	12.098	6.049	-	-	-	12.270	17.128	-	-	-	10.752	26.885	-	-	-
Fundação Coelce de Seguridade Social-FAELCE	(b.2)	Plano de pensão	-	64.849	5.684	-	574	-	6.818	5.404	-	664	237	-	4.034	-	4.924
Synapsis Brasil S.A. CAM Brasil		Prestação de Serviço	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.785	-	14.297	-	3.551
Multiserviços Ltda.		Prestação de Serviço	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	946	-	3.265	-	4.837
			86.567	70.898	479.407	9.462	574	82.410	23.946	480.400	967	664	115.545	29.595	504.784	1.765	13.312
(-) Plano de pensão			12.098	70.898	-	-	-	11.418	(23.946)	-	-	-	10.752	26.885	-	-	-
Partes relacionadas			74.469	-	479.407	9.462	574	70.992	-	480.400	967	664	104.793	2.710	504.784	1.765	13.312

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

20. Partes relacionadas--Continuação

As principais condições relacionadas às transações entre as partes relacionadas estão descritas a seguir:

a) Compra de energia

a.1) Central Geradora Termelétrica S.A. - CGTF

Em 31 de agosto de 2001, a Companhia e a Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF ("CGTF") celebraram contrato de compra e venda de energia elétrica de quantidade anual de energia equivalente a 2.690 GWh por período de 20 anos, iniciado a partir de 27 de dezembro de 2003.

Atualmente as garantias deste contrato são:

- ▶ Instrumento de Remuneração Contratual por Prestação de Serviços de Depositário Qualificado e Outras Avenças - firmado com o Banco Bradesco S.A., relativo à gestão de garantias por meio de vinculação de recebíveis tarifários (50% da garantia exigida) Contrato Bilateral assinado entre a Companhia e CGTF; e
- ▶ Contrato de Prestação de Garantia Fidejussória - firmado com União de Bancos Brasileiros S.A., relativo à fiança para complementação de garantia (50%) contratada em favor da CGTF.

O contrato com a CGTF foi firmado conforme condições regulamentares e devidamente homologado pela ANEEL.

Os gastos no exercício com este contrato montou totalizaram até 31 de dezembro de 2012 o valor de R\$ 467.286 (R\$ 469.523 em 31 de dezembro 2011 e R\$479.547 em 1 de janeiro de 2011).

a.2) Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA

A Companhia participou do 2º Leilão para Compra de Energia Elétrica Proveniente de Empreendimentos de Geração Existentes ("2º LEILÃO"), no dia 2 de abril de 2005, promovido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme o edital de Leilão nº 001/2005, realizado nos termos da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, da Portaria MME nº 231, de 30 de setembro de 2004, da Resolução Normativa ANEEL nº 147, de 23 de fevereiro de 2005.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

20. Partes relacionadas--Continuação

a) Compra de energia--Continuação

a.2) Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA--Continuação

O Leilão, citado acima, resultou em contrato de compra e venda de energia elétrica, entre as partes, com potência associada, tendo início o suprimento em 1 de janeiro de 2008 e término no dia 31 de dezembro de 2015, com energia assegurada de 4,039 MWMédios.

Até 31 de dezembro de 2012 esse contrato totalizou um montante de R\$ 3.840 (R\$ 3.801 em 31 de dezembro de 2011 e R\$ 479 em 1 de janeiro de 2011) em gastos com energia elétrica.

b) Obrigações com plano de pensão

b.1) Contrato de dívida - FAELCE

A Companhia é patrocinadora do fundo de pensão administrado pela Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE.

Em 30 de junho de 1999 a Companhia celebrou com a FAELCE um contrato tendo por objeto a consolidação da dívida no valor de R\$ 46.600, correspondendo os saldos devedores dos termos de compromisso firmados em 31 de dezembro de 1992, em 23 de maio de 1996 e em 31 de janeiro de 1997.

Em 30 de junho de 2007 foi assinado um terceiro aditivo com o valor da dívida atualizada em R\$ 62.200, conforme Resolução CGPC nº 17/96 do Ministério da Previdência e Assistência Social, com prazo para pagamento total de 14 parcelas semestrais e sucessivas, iniciando em 31 de dezembro de 2007 e terminando em 30 de junho de 2014. Até 31 de dezembro de 2012 a Companhia amortizou 11 parcelas, permanecendo um saldo devedor de R\$ 18.147 (R\$ 29.398 em 31 de dezembro de 2011 e R\$ 45.609 em 1 de janeiro de 2011).

Em garantia da operação, a Companhia cedeu à FAELCE os direitos creditórios que possui ou venha a possuir, representados pela arrecadação das contas de energia elétrica efetivamente realizadas. A FAELCE poderá sacar da conta corrente bancária da Companhia, até o montante das parcelas da dívida vencidas e não pagas, após 45 dias da verificação da inadimplência da Companhia, se lhe convier.

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

20. Partes relacionadas--Continuação**b) Obrigações com plano de pensão--Continuação****b.2) Plano de pensão - FAELCE**

A Companhia, como mantenedora da FAELCE, realiza repasses mensais destinados à manutenção financeira da FAELCE e aportes para reserva atuarial dos planos previdenciários dos funcionários da Companhia, classificados como “Benefício Definido” e “Contribuição Definida”.

O total de gastos em 31 de dezembro de 2012 foi R\$ 6.258 (R\$ 6.068 em 31 de dezembro de 2011 e R\$ 8.958 em 1 de janeiro de 2011) sendo R\$ 5.684 (R\$ 5.404 em 31 de dezembro de 2011 e R\$ 4.634 em 1 de janeiro de 2011) como despesa operacional do resultado da Companhia e R\$ 574 (R\$ 664 em 31 de dezembro de 2011 e R\$ 4.924 em 1 de janeiro de 2011) capitalizados ao ativo intangível.

O saldo de R\$ 64.849 (R\$ 6.818 em 31 de dezembro de 2011 e R\$ 237 em 1 de janeiro de 2011) corresponde ao valor da contribuição da Companhia (patrocinadora) aos planos de pensão, vide Nota 23.

Remuneração da administração

A remuneração total do conselho de administração e dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 8.670 (R\$ 6.844 em 31 de dezembro de 2011 e R\$ 7.178 em 1 de janeiro de 2011). A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

21. Taxas regulamentares

	31/12/2012		31/12/2011		01/01/2011	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Reserva global de reversão - RGR	10.480	-	12.838	-	18.330	-
Conta consumo de combustível - CCC	5.012	-	9.157	-	8.119	-
Conta de desenvolvimento energético - CDE	5.477	-	4.571	-	4.347	-
Encargo de Energia de Reserva - EER	1.133	-	-	-	-	-
Encargos ex-isolados RN 410	1.360	-	1.298	-	1.302	-
Encargos emergenciais	2.466	-	2.469	-	2.489	-
Taxa de fiscalização	376	-	380	-	367	-
Total	26.304	-	30.713	-	34.954	-

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

21. Taxas regulamentares--Continuação

Conforme Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a destinar, anualmente, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida (definida nos termos da ANEEL) para os Programas de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e de Eficiência Energética, distribuído de acordo com os percentuais determinados pela ANEEL.

As resoluções ANEEL nº 504, de 14 de agosto de 2012 e nº 300 de 12 de fevereiro de 2008 aprovaram os Manuais do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e de Eficiência Energética, que estabelecem as diretrizes e orientações na elaboração dos projetos de P&D e EE. As principais mudanças provenientes dos novos manuais são: a possibilidade de submissão de projetos a qualquer época do ano, tornando o processo contínuo; a ênfase na avaliação final dos projetos, aumentando assim a responsabilidade da concessionária na aplicação do investimento; a adoção de um plano de investimento e um plano de gestão dos programas, tendo recursos destinados para tal; além da abertura do programa de P&D para as demais etapas do ciclo de inovação (cabeça de série, lote pioneiro e inserção no mercado).

A Companhia contabiliza as despesas referentes aos Programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento conforme seu período de competência, permanecendo os valores registrados e corrigidos pela SELIC até a efetiva realização.

O saldo negativo de MME se refere a valores pagos a maior e que poderão ser compensados posteriormente.

	31/12/2012		31/12/2011		01/01/2011	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Programa de Eficiência Energética	14.339	15.262	16.604	4.083	29.917	-
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	11.019	12.649	12.465	7.400	14.641	5.566
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	387	-	106	-	3.148	-
Ministério de Minas e Energia- MME	(181)	-	(321)	-	1.200	-
Total	25.564	27.911	28.854	11.483	48.906	5.566

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

22. Outras obrigações

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>01/01/2011</u>
Arrecadação de terceiros	558	1.044	4.381
Adiantamento de clientes	3.837	2.226	1.777
Empréstimos compulsórios	392	392	392
Devolução prefeituras	2.817	4.388	5.968
Multas parceladas	53.425	3.507	8.443
Outros	1.055	480	2.026
Total	<u>62.084</u>	<u>12.037</u>	<u>22.987</u>
Circulante	11.257	6.361	9.942
Não circulante	50.827	5.676	13.045

23. Obrigações com benefícios pós-emprego

A Companhia é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela Fundação COELCE de Seguridade Social - FAELCE, entidade fechada de previdência privada complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. A Fundação administra dois planos de benefícios, sendo um na modalidade de benefício definido (Plano BD), que tem por finalidade principal complementar os benefícios a que têm direito auferir, como segurados de previdência social, os empregados da Companhia, e um na modalidade de contribuição definida (Plano CD), que tem por objetivo conceder um benefício em função da reserva acumulada em nome do participante.

Os planos administrados pela Companhia têm as seguintes principais características:

a) Plano de Contribuição Definida (CD)

Para o Plano CD a Companhia contribui mensalmente com o mesmo valor que o participante efetua. O valor da contribuição varia em função da remuneração, tendo seu cálculo definido com base nas alíquotas 2,5%, 4,0% e 9,0%, aplicadas “em cascata”.

b) Plano de Benefício Definido (BD)

O plano BD tem o regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria, pensão e auxílios.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

23. Obrigações com benefícios pós-emprego--Continuação

b) Plano de Benefício Definido (BD)--Continuação

O custeio do plano de benefícios é coberto por contribuições dos participantes e da patrocinadora. Para o Plano BD a Companhia contribui mensalmente com a taxa de 4,45% da folha de remuneração de todos os seus empregados e dirigentes participantes, para cobertura do custo normal e com taxa de 2,84% sobre o quociente (não inferior à unidade) entre o número de empregados e dirigentes participantes da FAELCE, existentes em 31 de julho de 1997, e o número de empregados participantes existentes no mês de competência da contribuição suplementar amortizante, estando prevista a vigência dessa contribuição suplementar durante 22 anos e 6 meses, a contar de julho de 1997. Além desse percentual, a patrocinadora é responsável pelo pagamento das despesas administrativas da atividade previdencial da referida entidade.

Os benefícios do plano compreendem:

- ▶ Complementação de aposentadoria por invalidez;
- ▶ Complementação de aposentadoria por tempo de contribuição;
- ▶ Complementação de aposentadoria por idade;
- ▶ Complementação de aposentadoria especial;
- ▶ Complementação de auxílio reclusão;
- ▶ Complementação de pensão por morte;
- ▶ Complementação de abono anual.

O cálculo matemático relativo aos benefícios de complementação de aposentadorias e pensões do Plano BD adota o método da unidade de crédito projetada.

Em 30 de junho de 1999 foi firmado contrato de dívida consolidando todos os débitos provenientes de retenções e atrasos nos repasses de obrigações e encargos financeiros pela Companhia. Em 30 de junho de 2007 foi assinado um terceiro aditivo, conforme resolução CGPC nº 17/96 do Ministério da Previdência e Assistência Social, sob as seguintes condições:

- ▶ Prazo para pagamento total: 14 parcelas semestrais e sucessivas, iniciando em 31 de dezembro de 2007 e terminando em 30 de junho de 2014. Até 31 de dezembro de 2012, a companhia realizou 11 parcelas de amortizações, ficando um saldo de R\$ 18.147 (R\$ 29.398 em 31 de dezembro de 2011 e R\$ 45.609 em 1 de janeiro de 2011).

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

23. Obrigações com benefícios pós-emprego--Continuação

b) Plano de Benefício Definido (BD)--Continuação

- ▶ Pagamento dos juros: mensais e sucessivos, corrigidos pelo INPC.
- ▶ Amortização do principal: semestral calculado sobre o saldo devedor de cada mês, depois da aplicação da correção monetária pelo INPC.

c) Plano de Assistência Médica

O plano de saúde, administrado pela Unimed Fortaleza, é regido por contrato que prevê cláusula de reajuste periódico das contribuições ao plano em função da sinistralidade do grupo. O custeio é determinado per capita com base em tabela, segregada em 10 faixas etárias, de acordo com o critério permitido pela ANS.

O plano pode ser segregado em 3 grupos distintos e que compartilham a mesma apólice:

- ▶ Ativos - o plano é extensivo aos empregados e seus dependentes. O custo cobrado pela administradora do plano, é parcialmente coberto pela empresa, observada a proporção contributiva estipulada em função de faixa salarial atingida. Pelo fato de serem contributivos por empregado, geram benefício de permanência vitalícia após 10 anos de vínculo, conforme Lei 9.656.
- ▶ Aposentados Lei 9.656 - grupo que exerceu o direito de permanência no plano, desde que mantido às próprias expensas, conforme Lei 9.656. O custo é cobrado diretamente pela Unimed, administradora do plano, conforme as regras do plano.
- ▶ Aposentados Especiais - grupo fechado de aposentados e seus dependentes, custeados parcialmente pela empresa (60%), decorrente de negociação, ratificada através de acordo coletivo.

d) Benefício de pagamento da multa do FGTS na aposentadoria

Nos casos de aposentadoria em qualquer das categorias, havendo extinção do contrato de trabalho, fica assegurado ao empregado o recebimento da multa equivalente a 40% do saldo do FGTS para fins rescisórios nos termos dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

23. Obrigações com benefícios pós-emprego--Continuação

A companhia optou por efetuar o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais imediatamente no período em que ocorrerem em "Outros Resultados Abrangentes".

Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor presente da obrigação

	31/12/2012	31/12/2011
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	716.283	662.529
Custo dos serviços correntes	1.196	1.534
Custo dos juros	72.631	67.257
Benefícios pagos pelo plano	(45.188)	(43.347)
Perdas (ganhos) atuariais sobre a obrigação atuarial	219.094	28.310
Valor presente da obrigação atuarial ao final do exercício	964.016	716.283

Análise da obrigação atuarial

Na posição de 31 de dezembro de 2012, o valor presente da obrigação atuarial dos planos de benefícios pós-emprego da Companhia encontra-se na seguinte situação:

Plano BD: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 897.118 encontra-se parcialmente coberto por ativos do plano no montante de R\$ 41.004.853, resultando em um valor presente das obrigações atuariais com cobertura de R\$ 107.735;

Plano Misto: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 2.077 encontra-se parcialmente coberto por ativos do plano no montante de R\$ 2.050, resultando em um valor presente das obrigações atuariais descobertas de R\$ 27.

Plano de Assistência Médica: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 34.139, não possui ativos financeiros do plano, resultando em um valor presente das obrigações atuariais descobertas de mesmo valor da obrigação atuarial.

Plano FGTS: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 30.684, não possui ativos financeiros do plano, resultando em um valor presente das obrigações atuariais descobertas de mesmo valor da obrigação atuarial.

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

23. Obrigações com benefícios pós-emprego--Continuação**Análise da obrigação atuarial--Continuação**Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor justo dos ativos dos planos

	31/12/2012	31/12/2011
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	740.786	680.656
Retorno esperado dos ativos do plano	80.429	80.423
Contribuições recebidas de participantes do plano	-	-
Contribuições recebidas do empregador	21.635	12.803
Benefícios pagos pelo plano	(45.188)	(43.347)
Ganhos (perdas) atuariais sobre os ativos do plano	209.242	10.251
Valor justo dos ativos do plano ao final do exercício	1.006.904	740.786

Conciliação do valor presente da obrigação e do valor dos ativos dos planos, com os ativos e os passivos reconhecidos no balanço patrimonial

	31/12/2012	31/12/2011
Valor presente das obrigações atuariais	964.016	716.283
Valor justo dos ativos	(1.006.904)	(740.786)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(42.888)	(24.503)
Efeito do limite para reconhecimento do ativo	107.737	24.503
(Ativo) passivo atuarial líquido	64.849	-
Dívida contratada	18.147	35.364
(Ativo) passivo atuarial líquido apurado	82.996	35.364

Despesa reconhecida nas demonstrações do resultado

	31/12/2012	31/12/2011
Custo do serviço corrente	1.196	1.534
Custo dos juros	72.631	73.577
Retorno esperado dos ativos do plano	(80.429)	(80.423)
Despesa reconhecida no resultado	(6.602)	(5.312)

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

23. Obrigações com benefícios pós-emprego--Continuação**Análise da obrigação atuarial--Continuação**Categoria principal de ativos do plano representa do valor justo do total dos ativos dos planos

	31/12/2012	31/12/2011
Renda fixa	770.068	561.465
Renda variável	117.769	95.121
Investimentos imobiliários	73.455	40.354
Outros	45.612	43.846
Total do valor justo dos ativos do plano	1.006.904	740.786

Valores totais reconhecidos em outros resultados abrangentes

	31/12/2012	31/12/2011
Ganho (perda) atuarial	(9.852)	(17.964)
Varição na restrição de reconhecimento do ativo	(82.937)	(24.798)
Varição no ajuste para reconhecimento de dívida	16.927	6.307
Total de outros resultados abrangentes no exercício	(75.862)	(36.455)

Retorno real dos ativos dos planos

	31/12/2012	31/12/2011
Retorno esperado sobre os ativos do plano	80.429	80.423
Ganho (Perda) atuarial sobre os ativos do plano	209.242	10.251
Retorno real sobre os ativos dos planos	289.671	90.674

Valores atuariais para o exercício corrente e anterior:

	31/12/2012	31/12/2011
Obrigação de benefício definido	(964.016)	(716.283)
Ativos do plano	1.006.904	740.786
Superávit (déficit)	42.888	24.503
Ajustes de experiências sobre os passivos do plano	(219.094)	(28.310)
Ajustes de experiências sobre os ativos do plano	209.242	10.251

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

23. Obrigações com benefícios pós-emprego--Continuação**Análise da obrigação atuarial--Continuação**

As principais premissas adotadas pelo atuário independente para a realização do cálculo estão apresentadas a seguir pelos seus valores nominais:

Especificação	Planos BD	Plano CD	Plano Médico	Plano FGTS
Taxa de desconto	9,80%	9,80%	9,80%	9,80%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	9,80%	9,80%	N/A	N/A
Taxa de crescimento salarial	7,61%	7,61%	N/A	7,61%
Taxa de inflação esperada	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada	5,50%	5,50%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Light-Média	Light-Média	Light-Média	Light-Média
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 + 6anos	AT-49 + 6anos	AT-49 + 6anos	Não aplicável

Foi adotada premissa de crescimento dos custos médicos decrescente, variando de 11,57% a.a. (5,75% a.a. em termos reais) no primeiro ano de projeção, atingindo o valor de 6,51% a.a. (0,95% a.a. em termos reais) para 2023 em diante.

Para projeção dos custos foi adotada premissa de crescimento dos custos em função da idade de 3,00% a.a. Foi adotada premissa de crescimento real das contribuições ao plano de saúde em 1,50% a.a em 2012 (zero em 2011). Todos os participantes farão opção por permanecer no plano de saúde na aposentadoria.

Para os saldos acumulados no FGTS foi adotada a premissa de rentabilidade real nula.

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

23. Obrigações com benefícios pós-emprego--Continuação**Análise da obrigação atuarial--Continuação****Premissas financeiras adotadas--Continuação**

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos pela Companhia patrocinadora nos limites permitidos pelo CPC 33 - Benefícios Pós Emprego. Todos os ganhos ou perdas são reconhecidos em conta específica do Patrimônio Líquido. Tais ganhos ou perdas compõem a movimentação dos saldos de passivos decorrentes das obrigações com benefícios pós-emprego. Ativos somente são reconhecidos quando sua realização em favor da Companhia é provável e quando for possível que a Companhia estime de forma razoável o provável valor de realização destes ativos.

A administração da Companhia estima, com base em laudos elaborados por atuário contratado, que os compromissos totais de contribuição da patrocinadora para os planos vigentes, durante o exercício de 2013, sejam de R\$ 22.435.

24. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

Segue abaixo quadro demonstrativo das provisões para contingências constituídas pela Companhia:

	01/01/2011	31/12/2011			
	Saldo acumulado	Adições/ reversões	Atualização monetária	Pagamentos	Saldo acumulado
Trabalhistas (a)	18.197	(1.424)	1.174	(3.630)	14.317
Cíveis (b)	38.110	8.015	7.515	(1.972)	51.668
Fiscais (c)	4.952	(82)	333	(884)	4.319
Total	61.259	6.509	9.022	(6.486)	70.304
Circulante	12.232				17.060
Não circulante	49.027				53.244

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

24. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

	31/12/2011	31/12/2012			
	Saldo acumulado	Adições/ reversões	Atualização monetária	Pagamentos	Saldo acumulado
Trabalhistas (a)	14.317	3.778	2.834	(1.043)	19.886
Cíveis (b)	51.668	6.837	11.403	(10.275)	59.633
Fiscais (c)	4.319	(5)	313	(24)	4.603
Total	70.304	10.610	14.550	(11.342)	84.122
Circulante	17.060				-
Não circulante	53.244				84.122

a) Riscos trabalhistas

As principais causas trabalhistas são relacionadas à indenização por acidentes (R\$ 3.755), adicional de periculosidade (R\$ 2.646), responsabilidade solidária (R\$ 2.392), verbas rescisórias (R\$ 1.452), reintegração (R\$ 1.054), abono salarial (R\$ 872), diferenças salariais (R\$ 725), horas extras (R\$ 530), dano moral e material (R\$ 160), e outros processos trabalhistas (R\$ 6.300).

b) Riscos cíveis

Engloba processos de natureza cível, inclusive consumeirista, nos quais a Companhia é ré, sendo grande parte da provisão vinculada a processos relacionados a pedidos de indenização por acidentes com energia elétrica (R\$ 17.540), ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal concedido através das Portarias do DNAEE nº 38 e 45, de 27 de janeiro e 4 de março de 1986 (R\$ 6.339), multas regulatórias (R\$ 6.081), ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais (R\$ 3.054).

O restante do valor constante na provisão (R\$ 28.349) subdivide-se em ações judiciais envolvendo pedido de indenização por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, suspensão do fornecimento, cobrança indevida de valores e outros de natureza consumeirista.

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

24. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação**c) Riscos fiscais**

A Companhia concluiu o pagamento de um parcelamento de COFINS junto à SRF em 2000, sendo que o parcelamento era em 80 parcelas e foi efetuado o pagamento de 6 parcelas a mais. Considerando o pagamento a maior, a Companhia efetuou a compensação desse suposto crédito com débitos de COFINS. Na análise do processo, ficou demonstrado que houve uma retificação do valor inicialmente declarado no pedido de compensação e que assim o valor total pago pela Companhia (nas 86 parcelas) correspondia à dívida retificada. Dessa forma, a SRF entendeu que a compensação efetuada não procedia. O processo administrativo ainda está em curso, no qual a Companhia está alegando basicamente o desconhecimento da retificação do valor declarado e a decadência do excesso resultante da retificação. No entanto, diante dos fatos, a Companhia entendeu por bem alterar a probabilidade de perda para provável e efetuar sua provisão, em 31 de dezembro de 2012 o valor envolvido é de R\$ 2.441.

Contingências passivas com risco possível

A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível. As contingências passivas estão assim representadas:

	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Trabalhistas (a)	25.292	5.728	2.567
Cíveis (b)	399.070	51.908	338.763
Fiscais (c)	249.302	206.951	167.300
Juizados especiais	16.712	5.014	5.623
	690.376	269.601	514.253

(a) Riscos trabalhistas

As principais causas trabalhistas são relacionadas a pagamento de horas extras, reintegração, responsabilidade subsidiária e solidária, diferenças salariais, verbas rescisórias, dano moral e material, acidente de trabalho, etc.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

24. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Contingências passivas com risco possível--Continuação

(b) Riscos cíveis

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza cível, nos quais a Companhia é ré, sendo grande parte associada a pleitos de danos morais e materiais.

(c) Riscos fiscais

Apresentamos, a seguir, os processos relevantes cujos consultores jurídicos estimam a probabilidade de perda como sendo possível e que não requerem constituição de provisão.

c.1) ICMS - Termo de acordo 035/91

A Companhia celebrou Termo de Acordo nº 035/91 com a Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará, onde formalizou a existência de regime especial de recolhimento de ICMS, o qual seria efetuado pelo valor arrecadado (receitas recebidas), em periodicidade descendial. Referido acordo vigorou até 31 de março de 1998, sendo revogado pelo Ato Declaratório nº 02/98.

Não obstante, a Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará lavrou quatro autos de infração relativos aos exercícios de 1995, 1996, 1997 e 1998 (período em que o mencionado termo de acordo era vigente) para cobrar débitos de ICMS não recolhidos, no valor atualizado de R\$ 17.683. A Companhia apresentou recurso (embargos de declaração) ao Conselho de Recursos Tributários, contra decisão que julgou os autos de infração parcialmente procedentes, determinando o recolhimento do ICMS devido pelos valores nominais, excluídos a penalidade e os juros de mora. Em 9 de julho de 2012 o recurso foi julgado improcedente, mas foi determinado que os processos fossem baixados em diligência para que fosse realizada a imputação dos pagamentos realizados até o presente momento e para que a COELCE seja intimada para pagar o valor residual se existir.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

24. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Contingências passivas com risco possível--Continuação

(c) Riscos fiscais--Continuação

c.2) ICMS - Base cadastral de consumidores isentos e imunes e não tributáveis

A Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará lavrou um auto de infração em 29 de dezembro de 2004, no valor atualizado de R\$ 12.351, no intuito de exigir créditos de ICMS oriundos de erro na base cadastral de consumidores isentos e imunes (classes comercial, industrial, iluminação pública e serviços públicos) referentes ao período de abril a agosto de 1999. A Companhia impugnou o auto e aguarda decisão de primeira instância administrativa.

Em 16 de fevereiro de 2007, foi lavrado auto de infração com o mesmo objeto do auto acima, no valor atualizado de R\$ 4.241, referente ao ano de 2002, no qual se aguarda decisão de 1ª instância administrativa.

c.3) ICMS - Crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado

A Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará lavrou um auto de infração para cobrar débitos de ICMS relativos aos anos de 2003 e 2004, no valor atualizado de R\$ 4.044, por apropriação a maior de créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado. A Companhia impugnou o auto, mas foi proferida decisão de primeira instância julgando o auto procedente em 5 de novembro de 2008. A Companhia recorreu e aguarda decisão de segunda instância administrativa.

Adicionalmente, a Companhia recebeu em 2011 e em 2012 autos de infração relativos aos exercícios de 2006 e 2007, respectivamente, no valor atualizado de R\$ 14.927. Em 19 de julho de 2011 a Companhia apresentou sua defesa referente ao exercício de 2006 e aguarda decisão de 1ª instância administrativa. A Companhia apresentará defesa em relação ao exercício de 2007.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

24. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Contingências passivas com risco possível--Continuação

(c) Riscos fiscais--Continuação

c.4) ICMS - Transferência de créditos

Em 1 de agosto de 2005, a Fazenda Estadual ajuizou execução fiscal para cobrar débitos de ICMS relativos às operações de transferência de créditos ocorridas durante o exercício de 1999 e 2000, no montante atualizado de R\$ 1.846. Em 9 de março de 2007 foi proferida sentença favorável à Companhia. A Fazenda Estadual apresentou recurso (apelação), que está pendente de julgamento.

Em 6 de maio de 2005, a Companhia ajuizou ação anulatória de débitos de ICMS relativos à operação de transferência de créditos ocorrida durante o exercício de 2001, que perfazem o montante atualizado de R\$ 1.944. A Companhia aguarda decisão de primeira instância judicial.

c.5) ICMS - Cancelamento de faturas

Em 29 de novembro de 2006, a Companhia recebeu um auto de infração no valor atualizado de R\$ 23.533, pelo cancelamento de faturas emitidas anteriormente com erros sem a comprovação que as operações anteriormente foram tributadas. O auto foi julgado procedente em 1ª instância administrativa, a Companhia apresentou recurso e aguarda julgamento.

Em 16 de fevereiro de 2007, a Companhia recebeu um auto de infração no valor atualizado de R\$ 28.765, sobre o mesmo tema, relativo ao exercício de 2002. O auto foi julgado procedente em 1ª instância administrativa e a Companhia apresentou recurso e aguarda julgamento.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

24. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Contingências passivas com risco possível--Continuação

(c) Riscos fiscais--Continuação

c.6) ISS - Município de Fortaleza

A Companhia ajuizou em 8 de agosto de 2007 ação anulatória de débitos de ISS incidentes sobre: (i) prestação de serviços acessórios indispensáveis ao fornecimento de energia; (ii) serviço de locação de bens móveis e (iii) ausência de retenção do ISS na fonte, relativas ao período de julho de 1998 a janeiro de 2000, que totalizam o valor de R\$ 4.684. A Companhia aguarda decisão de primeira instância judicial.

Não obstante a Companhia tenha ajuizado ação anulatória, em 10 de outubro de 2007 o Município de Fortaleza ajuizou duas execuções fiscais para a cobrança dos mencionados débitos, para as quais a Companhia apresentou defesa (exceção de pré-executividade) e aguarda decisão de primeira instância judicial.

Em 19 de julho de 2007, a Companhia recebeu auto de infração no valor atualizado de R\$ 1.327, sobre o mesmo tema. A Companhia apresentou impugnação e, após a decisão desfavorável, recurso voluntário. Aguarda-se decisão de segunda instância.

O Município de Fortaleza ajuizou três execuções fiscais, que perfazem o montante de R\$ 24.219 para cobrar débitos de ISS cobrados pela prestação de serviços acessórios indispensáveis ao fornecimento de energia. A Companhia aguarda decisão de segunda instância judicial em dois processos. Em 2012 foi proferida decisão em uma das execuções fiscais, julgando improcedente o recurso apresentado pela Fazenda e em razão disto a Fazenda apresentou Recurso Especial, que aguarda julgamento.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

24. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Contingências passivas com risco possível--Continuação

(c) Riscos fiscais--Continuação

c.6) ISS - Município de Fortaleza--Continuação

Em 19 de julho de 2007, a Companhia recebeu auto de infração no valor atualizado de R\$ 2.837, referente a serviços prestados em outros Municípios cujo imposto foi recolhido no respectivo local da prestação. A Companhia apresentou impugnação e, após a decisão desfavorável, recurso voluntário. Foi realizada perícia e aguarda-se decisão de segunda instância administrativa.

Em 7 de maio de 2010 a Companhia recebeu auto de infração no valor atualizado de R\$ 1.190, relativo ao exercício de 2007. A Companhia apresentou defesa administrativa e aguarda decisão de 1ª instância.

A Companhia recebeu 4 autos de infração em 26 de setembro 2012 no valor atualizado de R\$ 8.051, relativo ao exercício de 2008. A Companhia apresentou defesa administrativa e aguarda decisão de 1ª instância.

c.7) ISS - Município de Iguatu

O município de Iguatu ajuizou execução fiscal, no valor atualizado de R\$ 2.719, por débitos de ISS relativos ao período de 2004 a 2008, cobrados face à existência de diferenças entre as declarações apresentadas pela Companhia. A Companhia apresentou embargos à execução, que aguarda julgamento.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

24. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Contingências passivas com risco possível--Continuação

(c) Riscos fiscais--Continuação

c.8) ICMS - Estorno de crédito - consumidor baixa renda

O Município de Fortaleza lavrou um auto de infração em 2 de outubro de 2009, no valor atualizado de R\$ 24.555, para a cobrança de ICMS no exercício de 2005 em virtude do estorno insuficiente de créditos de ICMS por vendas não tributáveis a consumidores classificados como "baixa renda". A Companhia apresentou defesa. Foi proferida decisão administrativa desfavorável e em 7 de outubro de 2010 a Companhia apresentou recurso. Em 27 de junho de 2011 foi proferida decisão de segunda instância administrativa que confirmou a decisão de primeira instância, que declarou procedente o auto de infração. A Companhia apresentou recurso especial e aguarda julgamento. Em 11 de julho de 2012 a Coelce recebeu decisão desfavorável negando provimento ao recurso especial. A Companhia vai discutir o tema na esfera judicial.

Adicionalmente, em 17 de junho de 2011, a Companhia recebeu auto de infração relativo ao exercício de 2006, no valor de atualizado R\$ 19.947. Em 19 de julho de 2011 a Companhia apresentou sua defesa onde a decisão não foi favorável. Em 25 de maio de 2012, a Companhia apresentou recurso voluntário que aguarda julgamento.

Em 21 de dezembro de 2012, a Companhia recebeu auto de infração sobre o mesmo tema, relativo ao exercício de 2007, no valor atualizado de R\$ 13.505. A Coelce irá apresentar defesa em 1ª instância.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

24. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Contingências passivas com risco possível--Continuação

(c) Riscos fiscais--Continuação

c.9) PIS/IRPJ - Autos de infração

Trata-se de dois Autos de infração para a cobrança de PIS e IRPJ relativos ao primeiro, segundo e terceiro trimestres do exercício de 1998 diante do não recolhimento apontado pela auditoria interna da Fazenda Nacional, em revisão das declarações apresentadas. A Companhia apresentou defesa, que foi julgada parcialmente procedente. Em 16 de outubro de 2008, a Companhia apresentou recurso. Em 28 de junho de 2012, a Companhia foi intimada da decisão referente à cobrança de PIS que julgou procedente o recurso apresentado e extinguiu a cobrança. A Companhia permanece aguardando o julgamento do recurso apresentado no auto de infração de IRPJ. O valor envolvido atualizado é de R\$ 3.717.

c.10) CSLL/IRPJ - Execução fiscal

Em 19 de Janeiro de 2009 a União Federal apresentou execução fiscal para cobrar débitos de CSLL e IRPJ. Em 15 de abril de 2009 a Companhia apresentou embargos à execução. Em 2 de junho de 2011 foi proferida sentença parcialmente procedente, declarando extinto o processo em relação a duas Certidões de Dívida Ativa ("CDA"), sem resolução de mérito, mas mantendo a cobrança de uma CDA. A União apresentou recurso de apelação e a Companhia apresentou recurso (embargos de declaração). O valor atualizado é de R\$ 17.888.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

24. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Contingências passivas com risco possível--Continuação

(c) Riscos fiscais--Continuação

c.11) ICMS em determinadas operações

Em 17 de junho de 2011 a Companhia recebeu um auto de infração para exigir débitos de ICMS oriundos de operações na modalidade "Coelce Plus" sem a emissão da documentação fiscal durante o exercício de 2006. A Companhia apresentou sua defesa em 19 de julho de 2011 e em 10 de julho de 2012 a Coelce foi intimada de decisão que julgou o auto de infração procedente. Em 16 de agosto de 2012 a Coelce apresentou recurso e aguarda decisão de 2ª instância. O valor atualizado é de R\$ 1.735.

Em 30 de maio de 2012 a Coelce recebeu um auto de infração sobre o mesmo tema relativo ao exercício de 2007. A Companhia apresentou sua defesa em 29 de junho de 2012 e aguarda decisão de 1ª instância administrativa. O valor atualizado é de R\$ 5.747.

Em 1 de agosto de 2012 a Coelce recebeu auto de infração sobre o mesmo tema, referente à operação realizada em abril de 2007. A defesa foi apresentada em 31 de agosto de 2012 e a Coelce aguarda decisão de 1ª instância. O valor atualizado é de R\$ 366.

Adicionalmente, em 1 de outubro de 2012, a Companhia recebeu auto de infração relativo ao exercício de 2008, no valor atualizado de R\$ 4.599. A defesa foi apresentada e aguarda-se decisão de 1ª instância.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

24. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Contingências passivas com risco possível--Continuação

(c) Riscos fiscais--Continuação

c.12) ICMS - Energia adquirida para consumo próprio

Em 17 de junho de 2011, a Companhia recebeu um auto de infração para exigir débitos de ICMS relativos à energia elétrica consumida pela própria empresa durante o exercício de 2006. A Companhia apresentou sua defesa em 19 de julho de 2011 e aguarda decisão de 1ª instância administrativa. Em 10 de outubro de 2011 a Companhia recebeu decisão que julgou o auto procedente. A decisão foi mantida em 2ª instância e a Companhia aguarda intimação da decisão para seguir defendendo-se. O valor atualizado é de R\$ 2.547.

Em 1 de agosto de 2012, a Coelce recebeu um auto de infração relativo ao mesmo tema, referente ao exercício de 2007. Em 31 de agosto de 2012, a Companhia apresentou sua defesa e aguarda decisão de 1ª instância administrativa. O valor atualizado é de R\$ 2.330.

c.13) ICMS - Diferença entre valores contabilizados e valores informados nas declarações fiscais

Em 17 de junho de 2011, a Companhia recebeu um auto de infração para exigir débitos de ICMS relativos a supostas diferenças entre os valores contabilizados e os valores informados nas declarações fiscais. A Companhia apresentou sua defesa em 19 de julho de 2011, mas o auto foi julgado improcedente em 1ª instância administrativa. A Companhia apresentou Recurso Voluntario e aguarda decisão de 2ª instância administrativa. O valor atualizado é de R\$ 1.907.

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

24. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação**Contingências passivas com risco possível--Continuação****(c) Riscos fiscais--Continuação****c.14) COFINS - Anulatória**

Em 17 de setembro de 2009, a Companhia apresentou Ação Anulatória visando suspender a exigibilidade de crédito cobrado pela Fazenda a título de COFINS. Por entender que tais créditos encontram-se extintos por compensação, bem como estariam alcançados pela decadência. Em decisão de 1ª instância, o efeito suspensivo foi concedido. O valor atualizado é de R\$ 1.009.

A companhia, além dos processos descritos, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas de CSLL, PIS, COFINS, ICMS, IPTU e ISS no valor total de R\$ 4.156.

Ativo contingente

A Companhia impetrou Mandado de Segurança arguindo a inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/98 ao majorar a base de cálculo da COFINS, bem como a compensação dos valores recolhidos a maior com quaisquer tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal. A Companhia obteve decisão definitiva favorável e está apurando o montante do crédito para requerer sua restituição/compensação.

25. Patrimônio líquido**a) Capital social**

O capital social está composto de ações sem valor nominal e assim distribuídas:

	31/12/2012	31/12/2011
	(Em unidades)	(Em unidades)
Ações Ordinárias	48.067.937	48.067.937
Ações Preferenciais A	28.252.700	28.216.201
Ações Preferenciais B	1.534.662	1.571.161
Total	77.855.299	77.855.299

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

25. Patrimônio líquido--Continuação**a) Capital social--Continuação**

	Ações ordinárias (em unidade)		Ações preferenciais (em unidade)						Total (em unidades)	
	Total (I)		Classe A		Classe B		Total (II)		(I) + (II)	
Investiuz S.A.	44.061.433	91,66%	-	-	-	-	-	-	44.061.433	56,60%
Eletrobras	-	-	3.967.756	14,04%	1.531.141	99,77%	5.498.897	18,46%	5.498.897	7,06%
Endesa Brasil S.A.	-	-	1.770.000	6,26%	-	-	1.770.000	5,94%	1.770.000	2,27%
Fundos e Clubes de Investimentos	2.015.150	4,19%	11.088.918	39,26%	24	-	11.088.942	37,23%	13.104.092	16,83%
Fundos de Pensão	921.603	1,92%	4.160.034	14,72%	-	-	4.160.034	13,97%	5.081.637	6,53%
Outros	1.069.751	2,23%	7.265.992	25,72%	3.497	0,23%	7.269.489	24,40%	8.339.240	10,71%
Total de ações	48.067.937	100,00%	28.252.700	100,00%	1.534.662	100,00%	29.787.362	100,00%	77.855.299	100,00%

b) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

A partir de 2007, a Companhia deixou de constituir reserva legal por atender ao disposto no art. 193 § 1º da Lei nº 6.404/76 uma vez que a soma da sua reserva de capital mais a reserva legal excedeu a 30% do capital social.

c) Reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não podem exceder o montante do capital integralizado, conforme os termos do artigo 29, alínea d, IV do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

d) Reserva de incentivo fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007 no montante de R\$ 106.323 foi mantido como reserva de capital e somente poderá ser utilizado conforme previsto na lei.

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

25. Patrimônio líquido--Continuação**d) Reserva de incentivo fiscal--Continuação**

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC 07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente será transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

A Companhia apurou em 31 de dezembro de 2012 o valor de R\$ 33.636 (R\$ 77.803 em 31 de dezembro de 2011 e R\$ 90.695 em 1 de janeiro de 2011) de incentivo fiscal SUDENE, calculado com base no Lucro da Exploração, aplicado a redução de 75% do imposto de renda apurado pelo Lucro Real.

e) Reserva de ágio

Essa reserva no montante de R\$ 221.188 foi gerada em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio, quando o ágio foi transferido para a Companhia através de incorporação, vide Nota 10.

f) Dividendos

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios está assim composta:

	<u>31/12/2012</u>
Lucro do exercício	420.000
(-) Incentivo fiscal - ADENE	(33.636)
Lucro ajustado	386.364
Dividendo mínimo obrigatório	96.591
Dividendo adicional proposto	117.404
	172.369
Outros resultados abrangentes (plano de pensão)	(50.069)
Reserva reforço de capital de giro	122.300

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

25. Patrimônio líquido--Continuaçãof) Dividendos--Continuação

Os dividendos mínimos, por classe de ação estão demonstrados a seguir:

Tipo de aplicação	25% sobre o lucro líquido ajustado		Dividendos mínimos sobre capital social		Dividendos mínimos obrigatórios	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ações ordinárias	59.635	57.050	-	-	59.635	57.050
Ações preferenciais classe A	35.052	33.489	9.644	9.632	35.052	33.489
Ações preferenciais classe B	1.904	1.865	873	894	1.904	1.865
Total	96.591	92.403	10.518	10.526	96.591	92.403

O dividendo mínimo obrigatório do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e a reserva de reforço de capital de giro, calculados com base no lucro líquido ajustado montaram respectivamente, em R\$ 96.591 e R\$ 122.300 (R\$ 92.403 e R\$ 93.597, respectivamente, em 2011).

Além dos dividendos mínimos obrigatórios, a Companhia está sugerindo para posterior aprovação em Assembleia Geral Ordinária a distribuição dos dividendos no montante de R\$ 117.404, referente o exercício de 2012.

g) Outros resultados abrangentes

g.1) Outros resultados abrangente - ganhos e perdas atuariais

O CPC 33 que determina que os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica sejam reconhecidos em outros resultados abrangentes. Sendo assim, a Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2012 o saldo líquido de perdas atuariais na rubrica de outros resultados abrangentes no valor de R\$ 50.069 (R\$ 24.060 em 2011).

e.2) Outros resultados abrangentes - ganho e perdas sobre hedge de fluxo de caixa

O CPC 38 que determina que a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa devem ser reconhecidas diretamente no patrimônio em outros resultados abrangentes. Sendo assim, a Companhia em 31 de dezembro 2012 reconheceu o valor líquido de R\$ 420 (nulo em 2011) na rubrica de outros resultados abrangentes.

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

26. Lucro por ação

Em atendimento à Deliberação CVM nº 636, de 6 de agosto de 2010, que aprovou o CPC 41 - Resultado por ação ("CPC 41"), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 por ação.

	31/12/2012	31/12/2011
Lucro líquido	420.000	471.182
Lucro atribuível às ações ordinárias	259.308	290.908
Número de ações ordinárias (em unidades)	48.067.937	48.067.937
Lucro básico e diluído em reais por ação	5,3946	6,052

O cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado é dividido em 48.067.937 ações ordinárias e 28.252.700 ações preferenciais classe A e 1.534.662 ações preferenciais classe B, totalizando 77.855.299 (setenta e sete milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil e duzentos e noventa e nove) ações.

O lucro por ação, básico e diluído, da Companhia é de R\$ 5,39 (cinco reais e trinta e nove centavos) em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 6,05 – seis reais e cinco centavos, em 31 de dezembro de 2011). Não existe diferença entre o lucro por ação básico e diluído.

A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

As ações preferenciais não tem direito a voto, nem são conversíveis em ações ordinárias. Entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital, tendo o direito a dividendos mínimos não cumulativos de 6% ao ano para as ações de classe "A" e 10% para as ações de classe "B", calculados sobre o valor proporcional do capital social atribuído à respectiva classe, corrigido ao término de cada exercício social.

As ações preferenciais de classe "B" poderão ser convertidas em ações preferenciais de classe "A", a requerimento do interessado.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

27. Receita líquida

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, está disposta abaixo:

Tipo de aplicação	Nº de consumidores		MWh		R\$	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
	(Não auditado)		(Não auditado)			
Fornecimento faturado						
Residencial normal	1.214.709	1.237.172	2.066.213	1.615.598	1.116.042	944.033
Residencial baixa renda	1.211.463	1.122.859	1.286.522	1.487.933	329.415	387.228
Industrial	5.913	5.893	1.186.853	1.276.419	413.869	436.296
Comércio, serviços e outros	168.625	164.484	1.837.143	1.684.226	828.514	783.406
Rural	424.885	396.100	1.118.813	836.534	226.297	183.356
Poder público	31.739	30.861	541.747	474.617	228.010	211.673
Iluminação pública	1.971	1.882	283.508	254.712	88.588	81.961
Serviços públicos	9.033	8.737	428.954	415.676	121.983	124.717
Receita de ultrapassagem demanda e excedente de reativos	-	-	-	-	(19.444)	(12.934)
	3.068.338	2.967.988	8.749.753	8.045.715	3.333.274	3.139.736
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	14.544	9.297
Consumidores, concessionários e permissionários	-	-	-	-	3.347.818	3.149.033
Subvenção baixa renda	-	-	-	-	257.554	188.281
Energia elétrica de curto prazo	-	-	-	-	79.926	13.125
Receita de uso da rede elétrica- consumidores livres-revenda	43	37	-	-	118.557	131.970
Receita de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos - Clientes Livres	-	-	-	-	(2)	(289)
Receita de construção	-	-	-	-	169.089	170.504
Outras receitas	-	-	-	-	54.186	41.193
Receita operacional bruta					4.027.128	3.693.817
(-) Deduções da receita						
ICMS	-	-	-	-	(785.912)	(719.779)
COFINS	-	-	-	-	(144.328)	(140.547)
PIS	-	-	-	-	(31.261)	(29.689)
RGR - Quota para reserva global de reversão	-	-	-	-	(43.056)	(33.480)
CCC - Conta de consumo de combustível	-	-	-	-	(76.723)	(105.734)
Programa de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	-	-	-	-	(22.628)	(9.627)
Outros impostos e contribuições sobre a Receita	-	-	-	-	(29.500)	(27.749)
Total de deduções de receita					(1.133.408)	(1.066.605)
Total receita líquida	3.068.381	2.968.025	8.749.753	8.045.715	2.893.720	2.627.212

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

28. Compra e venda de energia na CCEE

Até dezembro de 2012, a Companhia efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme a seguir demonstrado:

Compra	31/12/2012		31/12/2011	
	MWh	R\$	MWh	R\$
	(Não auditado)		(Não auditado)	
Compra de energia	175.664	(16.880)	-	-
Ajustes financeiros	-	(22.058)	-	(5.085)
	175.664	(38.939)	-	(5.085)

Venda	31/12/2012		31/12/2011	
	MWh	R\$	MWh	R\$
	(Não auditado)		(Não auditado)	
Venda de energia	305.005	100.473	550.186	12.011
Ajustes financeiros	-	(20.547)	-	1.114
	305.005	79.926	550.186	13.125

29. Custos e despesas operacionais

As despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Descrição	31/12/2012					31/12/2011
	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras	Total	Total
Pessoal	(96.961)	-	(46.966)	-	(143.927)	(114.754)
Material	(12.905)	(30)	(465)	-	(13.400)	(11.057)
Serviços de terceiros	(173.511)	(6.841)	(36.755)	-	(217.107)	(198.468)
Energia elétrica comprada para revenda	(1.449.691)	-	-	-	(1.449.691)	(1.197.409)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(159.613)	-	-	-	(159.613)	(119.672)
Depreciação e amortização	(112.800)	-	(1.767)	-	(114.567)	(133.520)
Custo na desativação de bens	(17.687)	-	-	-	(17.687)	(15.362)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	-	(21.717)	-	-	(21.717)	(11.844)
Taxa de fiscalização da ANEEL	-	-	-	(4.561)	(4.561)	(4.594)
Custo de construção	(169.089)	-	-	-	(169.089)	(170.504)
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	-	-	(10.610)	-	(10.610)	(6.509)
Outras despesas operacionais	(12.366)	(4)	(7.354)	(9.471)	(29.195)	(22.176)
Total	(2.204.623)	(28.592)	(103.917)	(14.032)	(2.351.164)	(2.005.869)

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

29. Custos e despesas operacionais--Continuação

Despesa de pessoal	31/12/2012	31/12/2011
Remuneração	(89.034)	(71.327)
Encargos sociais	(33.290)	(30.800)
Provisão de férias e décimo	(13.800)	(11.354)
Plano de saúde	(9.166)	(8.388)
Auxílio alimentação e outros benefícios	(14.317)	(13.563)
Participação nos resultados	(10.559)	(10.817)
Previdência privada	(6.259)	(6.068)
Outros	(353)	(283)
(-) Transferências para intangível em curso	32.851	37.846
Total	(143.927)	(114.754)

A composição dos custos com energia elétrica está disposta abaixo:

	R\$	
Custo com energia elétrica comprada para revenda	31/12/2012	31/12/2011
Central Geradora Termelétrica de Fortaleza - CGTF	(467.286)	(469.523)
Centrais Elétricas S.A. - FURNAS	(148.120)	(144.050)
Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF	(98.926)	(81.665)
Companhia Energética de São Paulo- CESP	(70.937)	(66.510)
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás	(64.131)	-
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A- ELETRONORTE	(46.601)	(46.564)
Copel Geração S.A. - COPEL	(45.562)	(40.251)
CEMIG - Geração e Transmissão S.A.	(43.586)	(41.643)
Tractebel Energia S.A.	(34.517)	(33.426)
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	(38.939)	(5.085)
Programa de Inc. as Fontes Alternativas - PROINFA	(43.391)	(34.607)
Contratos por disponibilidade(*)	(282.660)	(153.455)
Outros	(65.035)	(80.630)
Subtotal	(1.449.691)	(1.197.409)
Custo com uso da rede de transmissão		
Rede Básica	(129.519)	(109.950)
Encargo do serviço do sistema	(30.094)	(9.722)
Subtotal	(159.613)	(119.672)
Total	(1.609.304)	(1.317.081)

(*) Contratação de disponibilidade da usina para geração de energia elétrica quando necessário.

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

30. Resultado financeiro

A composição do resultado financeiro está disposta abaixo:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	36.696	22.108
Multas e acréscimos moratórios em conta de energia	41.809	38.145
Receita de ativo indenizável	180.107	8.610
Correção de depósitos judiciais	561	2.583
Correção monetária	-	4.706
Juros de debêntures	-	4.168
Encargos fundo de pensão	7.798	6.846
Outras receitas financeiras	7.351	2.732
Total das receitas financeiras	<u>274.322</u>	<u>89.898</u>
Despesas financeiras		
Variações monetárias	(27.208)	(23.998)
Encargos de dívidas	(78.597)	(72.967)
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(14.550)	(9.022)
Multas ARCE	(31.274)	-
Atualizações de impostos e multas	(8.673)	(9.995)
Custo de transação	(1.841)	(1.713)
Correção P&D/PEE	(675)	(1.044)
IOF	(370)	(3.469)
Comissão – Banco	-	(7.910)
Multas	(21.109)	-
Indenização DIC/FIC	(2.853)	(3.698)
Atualização financeira	(24.197)	-
Correção monetária	1.749	-
Outras despesas financeiras	(6.654)	(649)
Total das despesas financeiras	<u>(216.252)</u>	<u>(134.465)</u>
Resultado financeiro	<u>58.070</u>	<u>(44.567)</u>

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

31. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculada pela alíquota fiscal, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada abaixo:

Descrição	31/12/2012	%	31/12/2011	%
Lucro antes do IRPJ e CSSL	600.626	100,00%	576.776	100,00%
Alíquota nominal	(204.213)	(34,00%)	(196.104)	(34,00%)
Adições permanentes				
Participações nos lucros (administradores)	(1.287)	0,63%	(951)	0,48%
Despesas indedutíveis – multas	(4.292)	2,10%	(435)	0,22%
Doações não dedutíveis	(837)	0,41%	(3)	0,00%
	(6.416)		(1.389)	
Exclusões permanentes				
Auto de infração 104/2009 Coelce Plus	-	0,00%	2.329	(1,19%)
Superávit atuarial	-	0,00%	8.897	(4,54%)
Ajuste ágio - societário	6.930	(3,39%)	(3.901)	1,99%
Reversão da provisão do ágio	(10.500)	5,14%	11.474	(5,85%)
	(3.570)		18.799	
Deduções permanentes				
Lucro da exploração	33.636	(16,47%)	77.803	(39,67%)
Incentivo fiscal do PAT	873	(0,43%)	886	(0,45%)
Adicional do IRPJ	24	(0,01%)	240	(0,12%)
	34.533		78.929	
Outros ajustes				
Ajustes GAAP	-	0,00%	(6.469)	3,30%
Ajustes imaterial	(960)	0,47%	639	(0,33%)
	(960)		(5.830)	
IRPJ/CSL diferidos no resultado (despesa)	(115.277)	(19,19%)	(33.278)	(5,77%)
IRPJ/CSL diferidos - ágio no resultado (despesa)	(10.500)	(1,75%)	(11.474)	(1,99%)
IRPJ/CSL corrente no resultado (despesa)	(54.849)	(9,13%)	(60.842)	(10,55%)
Alíquota efetiva	(180.626)	(30,07%)	(105.594)	(18,31%)

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

31. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

De acordo com o Ato Declaratório Executivo nº 1 de 5 de janeiro de 2009, a Companhia faz jus à redução do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, relativamente ao empreendimento de que trata o Laudo Constitutivo nº 0170/2007, expedido pelo Ministério da Integração Nacional - MI (ADENE) apresentado nas páginas 5 a 7, estabelecendo as condições e exigências para o gozo do benefício.

O Laudo Constitutivo 0170/2007, foi expedido com base no art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, reconhecendo para o benefício a condição onerosa atendida: Modernização total de empreendimento de infraestrutura na área de atuação da extinta Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, conforme art. 2º, inciso I do Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002.

O incentivo consiste na redução do imposto de renda devido em 75% do imposto de renda apurado no exercício, com início de fruição do benefício no ano-calendário 2007 e término do prazo no ano-calendário de 2016.

O valor do imposto de renda que deixou de ser pago em virtude dos benefícios de redução foi contabilizado de acordo com a Lei nº 11.638/07 e Deliberação CVM nº 555 que aprovou o CPC 07 em que determina a contabilização no resultado do exercício e posteriormente a transferência para reserva de incentivos fiscais (reserva de lucros).

32. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas praticadas pelo mercado.

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

32. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação**Fatores de risco**

A linha de negócio da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em toda a área de concessão do Estado do Ceará. Dentro da sua estratégia, sintonizada com a gestão financeira de melhores práticas para minimização de riscos financeiros, e observando os aspectos regulatórios, a Companhia identifica os seguintes fatores de riscos que podem afetar seus negócios:

a) Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas financeiras e os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2012, a companhia mantinha apenas 0,65% da sua dívida indexada em moeda estrangeira e exposta à variação cambial.

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis dos passivos em moeda estrangeira que não estão protegidos por instrumentos de *swap* cambial:

	Passivo		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Dólares norte-americano	6.158	6.065	5.883

Em seguida, um quadro de análise de sensibilidade dos impactos no resultado da Companhia caso a variação da taxa de câmbio de 2012 fosse igual à esperada para 2013, segundo projeções baseadas na curva futura de dólar da BM&F:

31/12/2012	Aumento/redução em pontos base	Efeitos	
		No resultado	No patrimônio líquido
Dólares norte-americano	5,71%	(352)	(352)

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará - COELCE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

33. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

Fatores de risco--Continuação

b) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado como baixo, considerando a pulverização do número de clientes e o comportamento estatístico dos níveis de arrecadação.

Adicionalmente, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

c) Risco de escassez de energia

Corresponde ao risco de escassez na oferta de energia elétrica por parte das usinas hidroelétricas por eventuais atrasos do período chuvoso, associado ao crescimento de demanda acima do planejado, podendo ocasionar perdas para a Companhia em função do aumento de custos ou redução de receitas com a adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico - ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

d) Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis ("covenants" financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida. Essas restrições são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução normal das operações. Atualmente, o índice de endividamento da Companhia está em patamares abaixo do limite estipulado pelos "covenants" financeiros.

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

33. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação**Fatores de risco--Continuação****e) Gestão do risco de capital**

A Companhia administra seu capital, para assegurar as suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e debêntures detalhados nas Notas 18 e 19, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários detalhados nas Notas 4 e 5, e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados conforme apresentado na Nota 25).

	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Dívida	953.771	1.095.446	842.909
Caixa e equivalente de caixa + Títulos e valores mobiliários	(215.030)	(328.200)	(104.270)
Dívida líquida (a)	738.741	767.246	738.639
Patrimônio líquido (b)	1.560.330	1.471.022	1.356.814
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	32%	34%	35%

(a) A dívida líquida é representada pelo saldo total dos empréstimos e financiamentos e debêntures, incluindo as parcelas do passivo circulante e não circulante, deduzidos os saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. Vide maiores detalhes nas Notas 4, 5, 18 e 19.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

33. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação**Fatores de risco--Continuação****f) Risco de encargos de dívida**

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía 71,26% da dívida total indexada a taxas variáveis, sendo que 10,58% são atrelados a indicadores menos voláteis às oscilações do mercado, como a TJLP (BNDES). Com finalidade de evitar riscos com variações nos índices de mercado, 15,56% das dívidas variáveis (11,09% do total) tiveram suas taxas fixadas através de contrato de *swap*. Os ajustes a débito e a crédito dessas operações estão registrados nas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apurou um resultado negativo não realizado na operação de *swap* no montante de R\$ 637.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade dos impactos no resultado da Companhia caso as variações nas taxas de juros e índices de inflação no ano de 2012 fosse igual à esperada para 2013, segundo projeções baseadas na curva futura da BM&F:

31/12/2012	Aumento/redução em pontos base	Efeitos	
		No resultado	No patrimônio líquido
Passivos financeiros			
CDI	2,32%	-	-
Libor (6 meses)	0,15%	-	-
TJLP	(13,04%)	1.829	1.829
IPCA	(0,66%)	362	362
IGPM	(2,05%)	98	98
TR	0,00%	-	-
Total		2.289	2.289

g) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

33. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação**Fatores de risco--Continuação****g) Risco de liquidez--Continuação**

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2012						
Empréstimos e financiamentos pré-fixados	4.265	10.410	50.693	203.136	66.052	334.556
Empréstimos e financiamentos pós-fixados	8.603	12.430	55.135	56.644	8.144	140.956
Debêntures	-	-	102.712	495.366	114.944	713.022
	12.868	22.840	208.540	755.146	189.140	1.188.534
31 de dezembro de 2011						
Empréstimos e financiamentos Pré-fixados	5.080	11.011	47.124	186.874	72.729	322.818
Empréstimos e financiamentos pós-fixados	9.337	18.304	97.285	132.181	8.620	265.727
Debêntures	-	-	104.342	468.173	226.951	799.466
	14.417	29.315	248.751	787.228	308.300	1.388.011
31 de dezembro de 2010						
Empréstimos e financiamentos pré-fixados	4.899	9.875	44.191	177.267	38.844	275.076
Empréstimos e financiamentos pós-fixados	7.169	19.148	99.744	251.134	8.161	385.356
Debêntures	5.189	-	108.848	193.982	-	308.019
	17.257	29.023	252.783	622.383	47.005	968.451

Os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos de *hedge* que também estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia estão dispostos abaixo:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2012						
"Swaps" de juros 08/11/12	-	-	3.202	5.126	-	8.328
	-	-	3.202	5.126	-	8.328
31 de dezembro de 2011						
"Swaps" de juros	-	-	10.961	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2010						
"Swaps" de moeda	-	-	11.429	12.400	-	23.829
	-	-	11.429	12.400	-	23.829

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

33. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação**Fatores de risco--Continuação****g) Risco de liquidez--Continuação**

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia utiliza como opção de curto prazo a conta garantida que tem contratada. Abaixo segue tabela demonstrando a posição contratada em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

Conta garantida	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Contratada	100.000	100.000	50.000

Valorização dos instrumentos financeiros

O método de mensuração utilizado para cálculo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

Ativo	Categoria	Nível	31/12/2012		31/12/2011		01/01/2011	
			Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
					Reapresentado	Reapresentado		
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	152.715	152.715	91.490	91.490	52.771	52.771
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	62.315	62.315	236.710	236.710	51.499	51.499
Cauções e depósitos vinculados	Empréstimos e recebíveis	-	54.583	54.583	74.666	74.666	46.030	46.030
Consumidores, concessionários e permissionários	Empréstimos e recebíveis	-	486.631	486.631	441.706	441.706	411.974	411.974
Ativo indenizável (concessão)	Disponível para venda	3	606.556	606.556	203.980	203.980	110.875	110.875
Passivo								
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Empréstimos e recebíveis	-	394.978	395.548	473.592	474.471	523.415	516.933
Debêntures em moeda nacional	Empréstimos e recebíveis	-	552.634	554.934	588.677	593.343	263.402	262.838
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira	Empréstimos e recebíveis	-	6.159	6.007	22.358	22.266	34.481	36.011
Instrumentos financeiros derivativos	Empréstimos e recebíveis	-	637	637	10.819	10.819	21.611	21.611
Fornecedores	Empréstimos e recebíveis	-	216.496	216.496	184.662	184.662	250.834	250.834

As aplicações financeiras registradas nas demonstrações financeiras (classificadas tanto como caixa e equivalentes de caixa quanto títulos e valores mobiliários) aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados.

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

33. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação**Fatores de risco--Continuação**g) Risco de liquidez--Continuação**Valor justo hierárquico**

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- ▶ Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- ▶ Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- ▶ Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Instrumento financeiro derivativo

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (swap) de 31 de dezembro de 2012 estão dispostos abaixo:

Derivativo	Valor da curva	Valor de mercado (contábil)	Diferença
Swap DI x PRÉ 08.11.12 HSBC Bank Brasil S.A.	(188)	(637)	(449)

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

33. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação**Fatores de risco--Continuação****g) Risco de liquidez--Continuação****Instrumento financeiro derivativo--Continuação**

A estimativa do valor de mercado das operações de *swap* foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela BM&F na posição de 31 de dezembro de 2012.

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Em 31 de dezembro de 2012 havia apenas *swap* CDI para taxa fixa, a fim de diminuir a exposição às flutuações dos índices de mercado.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia detinha operações de *swap* conforme demonstrado abaixo:

Descrição	Contraparte	Data dos contratos	Data de vencimento	Posição	Valores de referência	
					Moeda local	
					31/12/2012	32/12/2011
Contratos de swaps						
Valor	HSBC BANK BRASIL S.A.	08/11/2012	17/10/2016	CDI + 0,97%aa9,43%	BRL 637	-
Descrição	Contraparte	Valor justo	Efeito acumulado até 31/12/2012		Efeito acumulado até 31/12/2011	
		31/12/2012	Valor a receber/recebido	Valor a pagar/pago	Valor a receber/recebido	Valor a pagar/pago
Contratos de swaps						
(+) Ativo		R\$ 108.167	-	-	-	-
(-) Passivo	HSBC BANK BRASIL S.A.	R\$ 108.804	-	-	-	-
(=) Ajuste		(R\$ 637)	-	(R\$ 637)	-	-

As operações de derivativos são realizadas a fim de proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos "Investment Grade" com "expertise" necessária para as operações. A Companhia tem por política não negociar e/ou contratar derivativos especulativos.

Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme Instrução CVM nº 475, de dezembro de 2008

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

33. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação**Fatores de risco--Continuação**g) Risco de liquidez--Continuação**Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme Instrução CVM nº 475, de dezembro de 2008--Continuação**

Vide abaixo análise de sensibilidade nas dívidas da Companhia estabelecida através da projeção das despesas financeiras para os próximos 12 meses de acordo com a curva futuro dos indicadores divulgada pela BM&F.

Indexador do contrato	31/12/2012	Cenário + 25%	Cenário + 50%
IPCA	42.916	47.491	52.012
CDI	-	-	-
TJLP	8.819	10.025	11.219
FIXO	18.366	18.366	18.366
IGPM	2.235	2.446	2.654
Dólares norte-americano	734	2.139	3.307
TR	36	36	36
Total	73.106	80.503	87.594

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do *swap* da Companhia:

Indexador do contrato	31/12/2012	Cenário + 25%	Cenário + 50%
Debênture 1ª série - 3ª emissão	13.542	16.397	19.210
<i>Swap</i> ponta ativa	(13.542)	(16.397)	(19.210)
<i>Swap</i> ponta passiva	15.649	15.649	15.649
Total	15.649	15.649	15.649

Conforme demonstrado acima, a variação do CDI sobre a parcela da dívida coberta pelo *swap* é compensada inteiramente pelo resultado oposto de sua ponta ativa. Ao mesmo tempo em que os encargos dessa dívida são substituídos pelos juros fixos da ponta passiva, evitando que oscilações do mercado afetem as despesas financeiras da Companhia.

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

34. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia são dispostos abaixo:

	Vigência	2013	2014	2015	2016	2017	Após 2017
Endesa Fortaleza-CGTF	até 2023	513.467	528.451	546.447	571.491	597.906	4.136.462
Proinfa	até 2025	45.818	47.651	49.557	51.539	53.601	513.643
Energy Works	até 2013	5	-	-	-	-	-
Eólica - Wobben	até 2018	5.868	6.041	4.731	4.901	5.107	5.337
1º LEE - Produto 2005	até 2012	227.765	236.094	243.013	253.426	262.843	767.102
1º LEE - Produto 2006	até 2013	204.784	212.194	218.157	227.505	235.959	1.042.797
1º LEE - Produto 2007	até 2014	50.025	51.245	50.770	52.946	54.913	309.492
2º LEE - Produto 2008	até 2015	51.628	53.693	55.840	58.233	60.397	416.822
4º LEE - Produto 2009	até 2016	18.070	18.792	19.544	20.382	21.139	173.781
1º LEN - Produto 2008	até 2037	29.351	30.525	31.746	33.106	34.337	282.875
1º LEN - Produto 2009	até 2038	35.041	36.442	37.900	39.524	40.993	352.947
1º LEN - Produto 2010	até 2039	104.548	108.730	113.079	117.925	122.307	2.660.079
2º LEN - Produto 2009	até 2038	52.990	55.110	57.314	59.770	61.991	1.491.723
3º LEN - Produto 2011	até 2040	80.173	83.380	86.716	90.431	93.792	2.192.228
5º LEE - Produto 2007	até 2014	2.083	2.167	2.253	2.350	2.437	13.737
4º LEN - Produto 2010	até 2024	11.986	12.466	12.964	13.520	14.022	115.274
5º LEN - Produto 2012	até 2041	109.585	113.969	118.528	123.606	128.199	2.592.636
Leilão Santo Antônio - Produto 2012	até 2041	11.280	29.870	46.589	50.340	52.211	2.123.644
Leilão Jirau - Produto 2013	até 2042	4.909	9.531	13.874	17.192	17.830	772.772
6º LEN - Produto 2011	até 2025	4.807	4.999	5.199	5.421	5.623	53.921
7º LEN - Produto 2013	até 2042	44.037	45.799	47.631	49.672	51.518	705.768
Leilão Belo Monte	até 2044	-	-	3.082	53.513	148.474	7.579.785
10º Leilão de Energia Nova	até 2045	-	-	18.565	19.360	20.080	983.987
11º Len - Produto 2015	até 2044	-	-	35.480	37.001	38.375	1.880.545
12º LEN Produto 2014	até 2043	-	92.393	106.913	111.494	115.637	2.995.709
Total		1.608.220	1.779.542	1.925.892	2.064.648	2.239.691	34.163.066

EE - Leilão de Energia Existente.

LEN - Leilão de Energia Nova.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia representam o volume total contratado pelo preço corrente no final do exercício de 2012 que foram homologados pela ANEEL.

35. Participação nos resultados

A Companhia implantou o programa de participação dos empregados nos resultados, nos moldes da Lei nº 10.101/00 e artigo nº 189 da Lei das Sociedades por Ações, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos; metas estas que vem desde o plano estratégico da Companhia até sua respectiva área, além de uma avaliação comportamental para cada colaborador.

O montante estimado dessa participação para o período de doze meses, findo em 31 de dezembro de 2012, foi de R\$ 10.559 (R\$ 10.817 em 2011 e R\$ 8.531 em 1 de janeiro de 2011).

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

36. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional do Grupo Endesa, com o valor em risco para danos materiais no montante de R\$ 655.922, com um limite de cobertura para lucros cessantes de R\$ 1.955.305 e um limite geral de indenização, por sinistro, no montante de R\$ 101.478. A Companhia também mantém um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Endesa no valor de R\$ 525.292 por sinistro ou agregado anual. Ambos os programas têm validade no período compreendido de 1 de novembro de 2012 a 31 de outubro de 2013.

Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de garantia por sinistro
	De	Até		
Risco operacional	01/11/2012	31/10/2013	655.922	101.478
Responsabilidade civil geral	01/11/2012	31/10/2013	N/A	525.292

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Companhia Energética do Ceará - COELCE
Fortaleza - CE

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética do Ceará - COELCE ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética do Ceará - COELCE em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Reapresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011

Em 16 de março de 2012, emitimos relatório de auditoria sem modificações sobre as demonstrações financeiras da Companhia Energética do Ceará - COELCE. Conforme descrito na nota explicativa nº 2.22, essas demonstrações financeiras foram alteradas para corrigir a classificação de determinados instrumentos financeiros entre caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, e estão sendo ora reapresentadas. Consequentemente, nossa opinião considera essas alterações e substitui a opinião anteriormente emitida.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes a 1 de janeiro de 2011

Os valores correspondentes ao balanço patrimonial levantado em 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010), apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 25 de março de 2011, que não conteve qualquer modificação.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2013

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - CE

Márcio F. Ostwald
Contador CRC - 1RJ 086.202/O-4 - S - CE

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia Energética do Ceará - Coelce, reunido nesta data, no uso de suas atribuições legais, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, complementadas por notas explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 e a proposta da Administração de distribuição do Lucro Líquido do exercício de 2012.

Com base nos documentos examinados, nas análises levadas a efeito e nos esclarecimentos apresentados por representantes da Companhia, e tendo em conta o parecer, sem ressalvas, emitido pelos auditores externos, Ernst & Young Terco, e respectivos esclarecimentos prestados por seu representante, este Conselho Fiscal, por unanimidade de seus membros, opina favoravelmente aos referidos documentos que estão em condições de serem examinados e votados pela Assembléia Geral Ordinária de Acionistas.

Fortaleza, 27 de março de 2013.

Raimundo Francisco Padilha Sampaio
Conselheiro Fiscal

Sérgio Queiroz Lyra
Conselheiro Fiscal

Antônio Cléber Uchoa Cunha
Conselheiro Fiscal

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores da Companhia

Após examinadas, discutidas e revisadas as Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício social findo em 31/12/2012, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, de mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação do lucro de 2012 e pagamento de dividendos, diante dos esclarecimentos prestados pelo controller da Companhia, Sr. Claudio Roberto de Azevedo Ferreira, foi, pela unanimidade dos presentes, declarado que tais documentos apresentam informações completas, precisas e verdadeiras, refletindo adequadamente a situação da companhia e de seus negócios e, que, portanto, concordam integralmente com os termos contidos nos referidos documentos, bem como que concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes da Companhia, tudo nos termos da Instrução CVM nº 480, de 07/12/09. Assim sendo, recomendam a aprovação de tais documentos pelo Conselho de Administração da Companhia e pelos seus acionistas, reunidos em assembléia geral ordinária.

Fortaleza, 11 de março de 2013.

Abel Alves Rochinha - Diretor Presidente

Olga Jovanna Carranza Salazar - Diretora Comercial

José Nunes de Almeida Neto - Diretor de Relações Institucionais e Comunicação

Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira - Diretor de Planejamento e Controle

David Augusto de Abreu - Diretor Financeiro

Teobaldo José Cavalcante Leal – Diretor de Relações com Investidores

Carlos Ewandro Naegele Moreira – Diretor de Recursos Humanos

José Alves de Mello Franco – Diretor de Regulação

Nelson Ribas Visconti - Diretor de Assessoria Tributária

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores da Companhia

Após examinadas, discutidas e revisadas as Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício social findo em 31/12/2012, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, de mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação do lucro de 2012 e pagamento de dividendos, diante dos esclarecimentos prestados pelo controller da Companhia, Sr. Claudio Roberto de Azevedo Ferreira, foi, pela unanimidade dos presentes, declarado que tais documentos apresentam informações completas, precisas e verdadeiras, refletindo adequadamente a situação da companhia e de seus negócios e, que, portanto, concordam integralmente com os termos contidos nos referidos documentos, bem como que concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes da Companhia, tudo nos termos da Instrução CVM nº 480, de 07/12/09. Assim sendo, recomendam a aprovação de tais documentos pelo Conselho de Administração da Companhia e pelos seus acionistas, reunidos em assembléia geral ordinária.

Fortaleza, 11 de março de 2013.

Abel Alves Rochinha - Diretor Presidente

Olga Jovanna Carranza Salazar - Diretora Comercial

José Nunes de Almeida Neto - Diretor de Relações Institucionais e Comunicação

Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira - Diretor de Planejamento e Controle

David Augusto de Abreu - Diretor Financeiro

Teobaldo José Cavalcante Leal – Diretor de Relações com Investidores

Carlos Ewandro Naegele Moreira – Diretor de Recursos Humanos

José Alves de Mello Franco – Diretor de Regulação

Nelson Ribas Visconti - Diretor de Assessoria Tributária